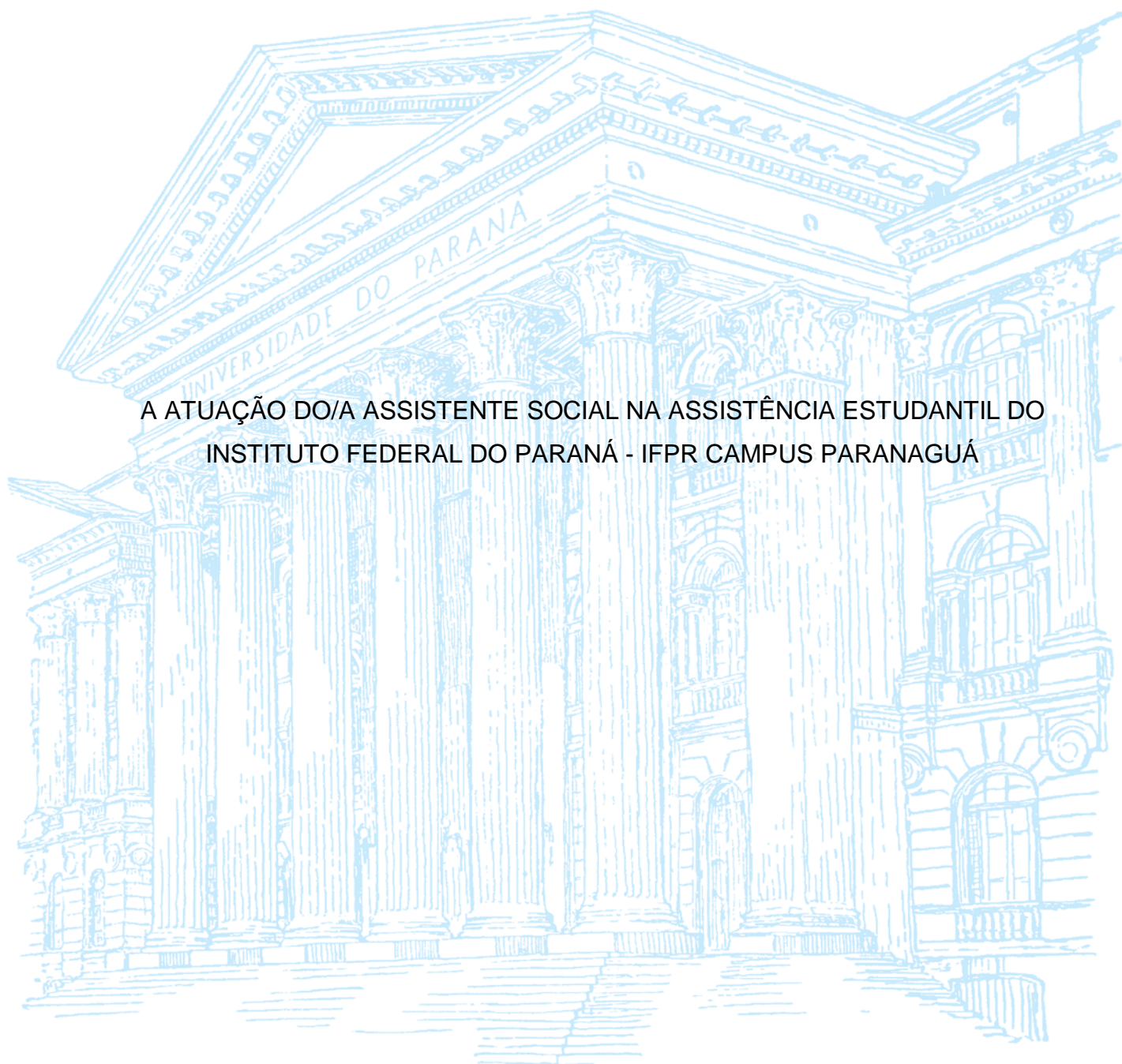


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARETA DA COSTA MENDES



A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR CAMPUS PARANAGUÁ

MATINHOS

2018

ARETA DA COSTA MENDES

A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR CAMPUS PARANAGUÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Msc. Flavia Granzotto Fachini

MATINHOS

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

ARETA DA COSTA MENDES

**A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR CAMPUS PARANAGUÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Serviço Social, da Câmara do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.


Profa. Msc. Flavia Granzotto Fachini

Orientadora – Câmara do Curso de Serviço Social
Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral


Msc. Evelyn Raquel Carvalho
Assistente Social

Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá


Prof. Msc Antonio Sandro Schuartz

Câmara do Curso de Serviço Social
Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Matinhos, 03 de Dezembro de 2018.

Ao meu querido primo Vinicius da Costa Nascimento, saudade eterna!

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus por me presentear com vida e decisão para escolher uma profissão que luta por justiça social.

Gratidão aos meus familiares, em especial aos meus pais Rosi e Arthur, por toda a vida que dedicaram a mim, serei eternamente grata por isso.

Gratidão ao meu amor Deivid, por todos os diálogos que construímos que serviram de alicerce pra esse trabalho. Pela disposição, parceria e paciência em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis. Por me encorajar a seguir em frente e quase sempre em direção à esquerda.

Gratidão pelas amigas que a Universidade Federal do Paraná me concedeu, Amanda, Fabiana, Stefany e Thaysa, por todos os quilômetros que andamos juntas nesses quatro anos de curso, pelo aprendizado, trabalhos, risadas e choros que fizeram a caminhada se tornar bem mais leve.

Gratidão ao Instituto Federal do Paraná Campus Paranaguá, as Assistentes Sociais Evelyn e Xana, pela disposição e participação na pesquisa. Em especial, a minha supervisora de estágio e colega, Evelyn, por me permitir vivenciar a experiência na área de Educação, e por contribuir para meu crescimento pessoal e profissional.

Gratidão aos membros da banca, por aceitarem a contribuir com esse processo de aprendizagem e a todas as pessoas que de alguma forma ajudaram na realização dessa pesquisa.

*“Existe muita coisa que não te disseram na escola,
Cota não é esmola,
Experimenta nascer preto na favela pra você ver,
O que rola com preto e pobre não aparece na TV”.*

Bia Ferreira

RESUMO

Este trabalho apresenta a sistematização da atuação do/a profissional do Serviço Social na Política de Educação no Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá, com ênfase na Assistência Estudantil. Objetiva-se analisar o trabalho do/a Assistente Social junto a Assistência Estudantil realizada no IFPR campus Paranaguá. A pesquisa busca contextualizar a inserção do/a Profissional na Educação a partir da Constituição Federal de 1988 que caracteriza a Educação como um direito social. Serão apontadas as transformações sociais que ocorrem por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e do Serviço Social. Utilizou-se como método, a triangulação de métodos, que traz a articulação dos dados quantitativos com os qualitativos por meio da vivência de estágio supervisionado da pesquisadora, apresentação do Perfil Socioeconômico dos/as estudantes da Assistência Estudantil do ano de 2018 e entrevista semiestruturada com as Assistentes Sociais do IFPR Campus Paranaguá. Como resultado, verificou-se que a atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil é realizada em diversas atividades no Campus, que contribuem para que o/a estudante tenha melhores condições de concluir seus estudos e conseqüentemente ter êxito, tornando necessária a inserção do profissional nesse espaço sócio ocupacional, materializando direitos e viabilizando formas de combate à desigualdade social.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Serviço Social. Instituto Federal do Paraná

ABSTRACT

This work presents the systematization of the work of the Social Work professional in the Education Policy at the Federal Institute of Paraná - Campus Paranaguá, with emphasis on Student Assistance. The objective is to analyze the work of the Social Worker with the Student Assistance held at the IFPR Paranaguá campus. The research seeks to contextualize the insertion of the Professional in Education from the Federal Constitution of 1988 that characterizes Education as a social right. The social transformations that occur through the National Program of Student Assistance - PNAES and Social Work will be pointed out. The method triangulation was used as a method, which brings together the quantitative and qualitative data through the supervised experience of the researcher, presentation of the Socioeconomic Profile of the Student Assistance students of the year 2018 and semi-structured interview with the IFPR Campus Paranaguá Social Assistants. As a result, it was verified that the work of the Social Service in the Student Assistance is carried out in several activities in the Campus, which contribute to the student being better able to complete his studies and consequently to succeed, making necessary the insertion of the professional in that socio-occupational space, materializing rights and facilitating ways of combating social inequality.

Keywords: Student Assistance. Social service. Federal Institute of Paraná

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	21
FIGURA 2 – FLUXO DE ATENDIMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PROGRAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	39
GRÁFICO 2 – RENDA PER CAPITA.....	40
GRÁFICO 3 – SEXO/GÊNERO.....	40
GRÁFICO 4 – CIDADE.....	41
GRÁFICO 5 – ESTADO CIVIL.....	42
GRÁFICO 6 – MORADIA.....	43
GRÁFICO 7 – SITUAÇÃO DE MORADIA.....	43
GRÁFICO 8 – DISTÂNCIA ATÉ O CAMPUS.....	44
GRÁFICO 9 – MEIO DE TRANSPORTE.....	44
GRÁFICO 10 – FORMA DE INGRESSO.....	45
GRÁFICO 11 – MODALIDADE.....	46
GRÁFICO 12 – PERÍODO.....	47
GRÁFICO 13 – PERMANÊNCIA NO CAMPUS FORA DO HORÁRIO DE AULA....	47
GRÁFICO 14 – RECEBE ALGUM TIPO DE BOLSA DA INSTITUIÇÃO.....	48
GRÁFICO 15 – TRABALHO.....	49
GRÁFICO 16 – BOLSA FAMÍLIA.....	49
GRÁFICO 17 – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC.....	50
GRÁFICO 18 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO PAI.....	51
GRÁFICO 19 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO MÃE.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CF	- Constituição Federal
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FIC	- Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	- Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Estudantis
IFPR	- Instituto Federal do Paraná
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PACE	- Programa de Assistência Complementar ao Estudante
PBIS	- Programa de Bolsa de Inclusão Social
PEA	- Projeto Estudante Atleta
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROEJA	- Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de Jovens e Adultos
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
SEPAE	- Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	METODOLOGIA.....	14
3	PROTOFORMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL.....	17
4	A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SEÇÃO PEDAGÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS PARANAGUÁ.....	25
5	ANÁLISE DE DADOS: O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES NO IFPR CAMPUS PARANAGUÁ.....	33
5.1	PERFIL SOCIECÔNOMICO DO/A ESTUDANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM 2018.....	34
5.2	A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A RELAÇÃO ENTRE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO	47
5.2.1	Perfil das profissionais do Serviço Social no IFPR Campus Paranaguá...48	
5.2.2	Demandas e público atendido.....	49
5.2.3	Intervenção Profissional.....	50
5.2.4	Condições Técnicas e Éticas para o Trabalho do Serviço Social.....	52
5.2.5	Relação da Prática Profissional com o acesso, permanência e êxito dos/as estudantes.....	53
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	56
	ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...59	
	ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	61
	ANEXO 3 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO.....	63

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, possibilitou diversos avanços para a Educação no Brasil, como as mudanças estruturantes no cenário educacional que promoveram o avanço da política pública de Educação. A Educação assim como em outras políticas públicas em que o profissional do Serviço Social se insere, é um espaço sócio ocupacional que se articula e se materializa através das contradições existentes representadas pelas demandas sociais.

A inserção crescente dos profissionais do Serviço Social nessa política se deu a partir da criação do Decreto nº 7. 234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que se instalou nos Institutos Federais de Educação no Brasil.

A responsabilidade do Estado em propor condições de acesso e permanência para os estudantes ficou explícita no inciso I do Artigo 3º da LDB, que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola, ficando visível a obrigatoriedade do Estado em promover políticas públicas e programas de permanência nas Instituições de ensino, como o PNAES.

O presente trabalho foi iniciado a partir da vivência no processo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, realizado no Instituto Federal do Paraná – IFPR campus Paranaguá no ano de 2017. O Aprendizado obtido durante o estágio possibilitou explorar a atuação do Serviço Social na Política de Educação, bem como de conhecer a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Entende-se que o Serviço Social no IFPR campus Paranaguá trabalha frente às demandas existentes para a efetivação da Política de Educação. Portanto, no ano de 2018 houve o primeiro Edital de contemplados da Assistência Estudantil do campus Paranaguá que deferiu 240 vagas aos discentes para o acesso nos diferentes programas da Instituição. Dessa forma, compreende-se a importância de se conhecer o perfil desses alunos contemplados nos Programas de Assistência Estudantil a fim de apresentar quais as especificidades em que o PNAES contribui para o desenvolvimento social e acadêmico do estudante e a relação da inserção do Serviço Social na Educação. É nessa perspectiva que o estudo se torna necessário, considerando que o Programa Nacional Assistência Estudantil é uma porta de

acesso aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que ocorram transformações sociais, políticas e culturais através de melhores condições de alimentação e transporte, buscando garantir a permanência estudantil e a finalização do curso.

Com o intuito de agregar a discussão acerca da temática da Inserção do Serviço Social na política de Educação, tem-se o entendimento que o campo de estágio do Serviço Social no IFPR campus Paranaguá é um espaço novo¹, considerando importante articular novos espaços de atuação profissional, bem como de propiciar a produção científica sobre a Assistência Estudantil e Serviço Social que também está em processo de construção.

Dessa forma, surge como problema de pesquisa, analisar de que forma a Assistência Estudantil garante a efetivação da Política de Educação no Instituto Federal do Paraná- Campus Paranaguá e qual o papel do profissional do Serviço Social nesse processo. Para responder a este problema de pesquisa, criou-se um objetivo geral, que é: analisar o trabalho do/a Assistente Social junto a Assistência Estudantil realizada no IFPR campus Paranaguá. Com o intuito de atender a este objetivo geral, foram criados objetivos específicos, sendo eles: a) contextualizar a inserção do/a Assistente Social na Assistência Estudantil, b) Apresentar a Assistência Estudantil no IFPR e no campus Paranaguá e c) Identificar as ações dos/as profissionais do Serviço Social na sua relação com o acesso, permanência e êxito na Assistência Estudantil do IFPR campus Paranaguá.

No capítulo 1, é realizado um resgate histórico da consolidação da Política de Educação no Brasil através das legislações e medidas criadas para atender uma política pública, gratuita e de qualidade, trazendo a discussão acerca da inserção dos profissionais do serviço social na Política de educação, com ênfase na atuação dos/as profissionais na Assistência Estudantil. No capítulo 2, é apresentado o funcionamento da Assistência Estudantil no IFPR e no campus Paranaguá, através das ações em que o Serviço Social realiza na instituição, e no capítulo 3, é apresentada a pesquisa de campo realizada no IFPR, sobre o perfil socioeconômico dos discentes da Assistência Estudantil e também a análise da atuação do Serviço Social que teve os dados coletados a partir de pesquisa de campo e de observação participante no momento da realização do estágio.

¹ Campo de estágio aberto no ano de 2017.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa, sendo que a pesquisa quantitativa de acordo com Fonseca (2002): “recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis [...]”. E a pesquisa qualitativa:

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.21).

Com relação à pesquisa quantitativa, primeiramente foi realizado contato com a Assistente Social do IFPR campus Paranaguá, com intuito de realizar a coleta de dados sobre o perfil socioeconômico dos discentes. Os dados registrados sobre o perfil socioeconômico se encontram nas fichas de inscrição dos discentes que buscam os programas de assistência estudantil, que são armazenados na Seção Pedagógica onde não há dados sistematizados², apenas cadastros manuais. Esses dados são documentos sigilosos do Serviço Social e de acordo com o Art. 16º do Código de Ética da Profissão: “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”.

Para realizar a coleta de dados, buscou-se criar uma tabela de dados em Excel, que permitiu sistematizar as informações dos seguintes itens dos formulários: a) Programa da Assistência Estudantil, b) Sexo/Gênero, c) Cidade, d) Estado Civil, e) Moradia f) Situação de Moradia, g) Zona, h) Distância até o campus, i) Meio de Transporte j) Forma de Ingresso, k) Ensino Fundamental, l) Modalidade, m) Curso, n) Período, o) Permanência no campus, p) Recebe alguma bolsa, q) Trabalho, r) Bolsa Família, s) Benefício de Prestação Continuada - BPC, t) Nível de Instrução Pai/Mãe, u) Pessoa com Deficiência e v) Renda Per Capita.

Foram coletadas informações de 240 discentes que foram contemplados no primeiro edital do ano de 2018, nos diferentes programas do IFPR campus Paranaguá. A sistematização dos dados permitiu a criação de gráficos que garantem a leitura apropriada do perfil socioeconômico dos discentes.

² No ano de 2019 será implantado um sistema de inscrição informatizado.

Para realização da pesquisa qualitativa, foi realizado uma pesquisa exploratória partir da procura de artigos em base de dados online, através das palavras chaves: 1) Assistência Estudantil, 2) Serviço Social na Educação e 3) Serviço Social e Assistência Estudantil. De acordo com Gil (2002) a pesquisa exploratória:

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41)

A busca pelos conteúdos que sistematizam a pesquisa, também se concretizou através da pesquisa em livros, leis, normatizações e decretos que regulamentam a Assistência Estudantil, na qual se utilizou da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002) “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Para contemplar o conhecimento do campo de atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil, buscou-se criar uma entrevista, que de acordo com Gil (2002):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2002 p.109).

O roteiro da entrevista foi elaborado através de perguntas pertinentes a rotina das profissionais do Serviço Social no campus Paranaguá, onde foram criadas 29 questões semiestruturadas e gravadas, com termo de livre consentimento. Foram realizadas duas entrevistas, com tempo aproximadamente de 30 a 50 minutos de duração e transcritas através do aplicativo Google Docs.

Durante o período em que a pesquisadora esteve em estágio supervisionado no IFPR campus Paranaguá no ano de 2017, o contato com o campo de estágio permitiu a aproximação da pesquisadora com a realidade profissional do Serviço Social, bem como a participação nos processos que envolvem o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Dessa forma se relaciona o relato da pesquisadora no

presente trabalho de pesquisa, através das contribuições realizadas pelos diários de campo, escuta qualificada e observação participante, que de acordo com Gil (2002):

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2002, p.103).

Portanto, esta pesquisa é a de triangulação de métodos, que é:

utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos, disciplinas, enfim. No processo avaliativo, sua conceituação torna-se abrangente e complexa, abarcando diferentes variáveis, dentre elas, a necessidade de se ter presente avaliadores externos, além dos internos, e que, preferencialmente, sejam de formações distintas, possibilitando combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista (MYNAIO, 2010 p. 29).

Salienta-se que essa pesquisa faz a combinação dos dados quantitativos com os dados qualitativos. De acordo com Minayo (2002), “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos, não se opõem, ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Para a análise de conteúdo, utilizou-se Bardin (2011):

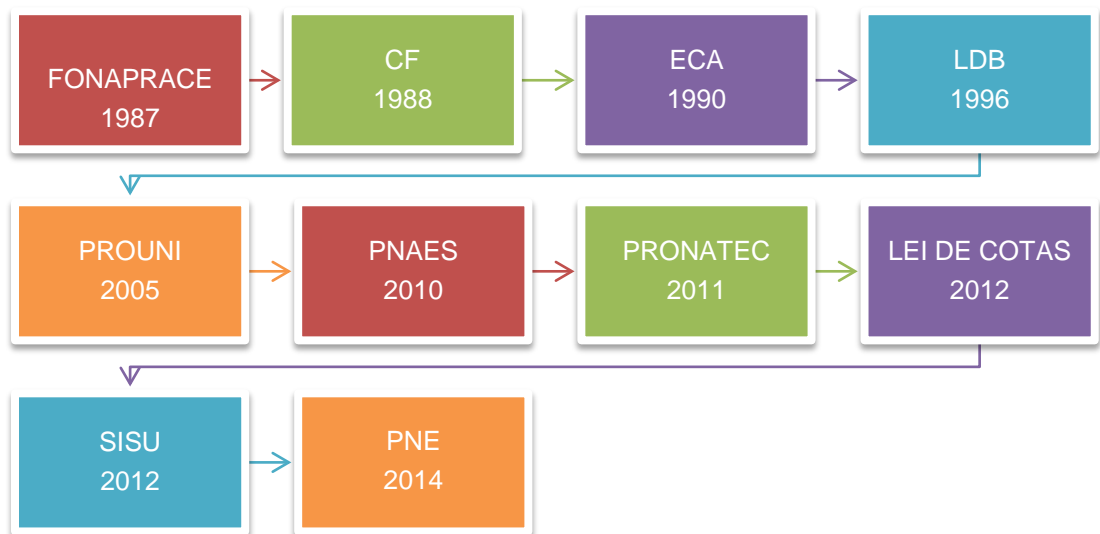
um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.47)

O presente trabalho durante todo o seu desenvolvimento trouxe a vivência da pesquisadora no processo de estágio supervisionado no IFPR campus Paranaguá, articulando a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, onde se buscou relatar a interpretação da pesquisadora sobre a temática apresentada.

3 PROTOFORMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Compreendendo que no processo histórico educacional do Brasil o acesso à Educação era restrito apenas as comunidades que pertenciam à elite, a conjuntura histórica no país demonstra a partir dos anos 90, mudanças no cenário educacional, oriundas de direitos civis conquistados pela população, através de luta e embates acerca do direito a educação, conforme mostra a FIGURA 1:

FIGURA 1: LINHA DO TEMPO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO



(FONTE: Elaborado pela autora: 2018)

O Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis-FONAPRACE criado no ano de 1987 é um fórum onde são levantadas discussões sobre a efetividade da garantia do direito à educação nas Instituições de Ensino Superior, através da permanência e êxito dos estudantes. Promove encontros com os profissionais da área de Educação ligados a Assistência Estudantil e de acordo com o Artigo 3º do Regulamento do FONAPRACE, o Fórum tem por finalidade: “participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém” (FONAPRACE, 1987, p.1).

O Estado é o responsável por oferecer uma Educação pública, obrigatória e gratuita e de propor condições necessárias para que ela se desenvolva nos níveis básico, fundamental e médio, conforme mostra o Artigo 205 da CF de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Verificam-se no Artigo 208º da CF de 1988 as disposições em que o Estado deve se organizar a fim de garantir o funcionamento e a qualidade desta política pública:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado através da lei nº 8.069/1990 também caracterizou o direito social da Educação da criança e do adolescente:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (ECA, 1990, p.32).

Cabe destacar que a partir do momento em que a educação é garantida como uma política pública é necessário que o Estado crie condições para que ela se efetive, bem como se reorganize para atender as demandas provenientes da própria política.

Para tanto, é possível verificar que são encontradas delimitações no sistema de educação para sustentar uma política pública e de qualidade, o que demandou do Estado criar diretrizes para efetivação da Educação no país, através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que permitiu avanços significativos para a Educação no Brasil, como se

refere o inciso VIII do artigo 4º: "O atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (Lei nº 9394, 1996, p.64).

O Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 13.005/2014 representa uma conquista para a política de educação, previsto pela Constituição Federal de 1988, surge com a proposta de lançar estratégias de desenvolvimento da Educação no país, lançando metas e objetivos específicos a serem enfrentados frente às vulnerabilidades encontradas na Educação Pública, como se refere o artigo 2º:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

As leis que incorporam o direito à Educação Nacional desde a Constituição Federal de 1988 compõem características de uma política pública que deve se efetivar, através do desenvolvimento de medidas em que o Estado como protagonista deverá se articular para atender, propiciando estruturas capacitadas para o bom funcionamento escolar. Dentro dessa perspectiva, verificam-se desdobramentos de demandas sociais manifestadas no cotidiano escolar que não se limitam a questão pedagógica, pois, há outras necessidades frente à nova estrutura de estado e de sociedade que exige da escola buscar estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, que segundo Iamamoto (2003) é definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p.75).

É necessário que a escola esteja preparada para atender as demandas sociais trazidas pelos estudantes, tais como situações de vulnerabilidade socioeconômica que interferem diretamente na qualidade do ensino da criança e do

adolescente, evidenciadas através de precarização do transporte escolar, alimentação insuficiente, fragilização dos laços familiares e entre outras presenciadas no ambiente escolar, que de acordo com Iamamoto (2009):

a ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero etnia, geração e desigual distribuição territorial radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre o consentimento e rebeldia (...) (IAMAMOTO, 2009, p. 343).

Entende-se que para o estudante alcançar uma educação de qualidade, é necessário que haja condições iguais de acesso e de permanência na Instituição, isto é, o processo de ensino aprendizagem de um estudante não pode ser fragilizado por conta de sua condição social. Nesse sentido, é necessário que a escola busque estratégias para garantir o êxito escolar dos alunos/as, através de profissionais capacitados para o enfrentamento as demandas sociais/políticas/culturais presentes no cotidiano escolar.

Na perspectiva de compor uma equipe multidisciplinar com a visão de diferentes profissionais na rede de ensino, o profissional do Serviço Social se insere na política de educação. A profissão do Serviço Social é regulamentada através da Lei 8.662/1993, e dentro de suas atribuições e competências, o profissional poderá atuar:

Com todos os membros da comunidade escolar, tendo a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo, e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade. Essa atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social (MARTINS, 2014, p. 54).

A inserção do/a Assistente Social nas escolas está em trâmite através do Projeto de Lei da Câmara nº 060/2007, que prevê a obrigatoriedade dos profissionais na política de Educação Básica. Mesmo não sendo aprovada até o presente momento, a categoria discute sua inserção nos espaços de formação profissional, a fim de fomentar a discussão acerca da importância da inserção do profissional nesse espaço sócio ocupacional. Como desdobramento desses embates, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS com a Gestão Tempo de Luta e resistência (2011-2014), lançou o caderno: Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, que teve como objetivo:

Contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras (CFESS, 2014).

A inserção do Serviço Social na política de Educação vai além de contemplar os subsídios descritos pela categoria, pois exige que o profissional exerça sua autonomia buscando superar a violação dos direitos sociais, bem como de agregar as equipes de trabalho multidisciplinar na busca de estratégias de enfrentamento à questão social. A configuração de trabalho do/a Assistente Social se dá através de:

Assistentes sociais que atuam em gestão, vinculados à secretarias municipais de educação; assistentes sociais com lotação e intervenção *in loco* nas realidades das escolas públicas; assistentes sociais de escolas particulares e por último, assistentes sociais em atuação em escolas filantrópicas, sem fins lucrativos, conhecidas como rede de Educação ligadas à igreja, à religião (SANTOS, 2014, P.85).

A atuação dos profissionais na Educação reflete em materializar direitos sociais já garantidos e caracterizados no espaço escolar:

Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); Ampliar o acervo de informações e conhecimentos acerca do social na comunidade escolar; Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; Favorecer as ações coletivas; Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; Maximizar a utilização dos recursos e da comunidade; Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p. 70).

A inserção dos/as assistentes sociais na política de educação se intensifica a partir dos anos 2000, onde se criou Programas e leis que potencializaram o acesso do/a estudante da classe trabalhadora para a entrada e permanência nas Instituições Públicas de Educação. Cita-se como exemplo, o Programa Universidade para Todos - PROUNI instituído pela Lei nº 11.096/2005, a Lei de Cotas, instituído pela Lei 12.711/2012, Sistema de Seleção Unificada- SISU Lei nº 12.711/2012, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, instituído pela Lei nº 12.513/2011 e o Programa a que se destina este estudo:

Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES criado pelo decreto nº 7.234/2010.

De acordo com o Art. 2º são objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2010).

Considerando que o profissional do Serviço Social atua através dos desdobramentos das relações do capital sobre o trabalho, que se materializa por meio das desigualdades sociais existentes, a intervenção do/a assistente social na Assistência Estudantil se realiza através de ações que envolvem situações de vulnerabilidade social no campo educacional sejam elas vivenciadas por estudantes, profissionais e comunidade local a fim de integrar uma política pública de Educação com qualidade.

A Assistência Estudantil é um programa que prevê o acesso, permanência e êxito dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de programas de assistência ao estudante através de subsídios para alimentação, transporte e moradia, como também apoio pedagógico e social, participação em projetos de esporte, pesquisa e extensão e participação do estudante em eventos científicos e encaminhamentos à rede de proteção social.

Segundo Amaral e Nascimento (2007):

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão. (FONAPRACE, 2007)

Anteriormente as criações do PNAES existiram outros momentos históricos de lutas e mobilizações, tanto da categoria de profissionais, quanto de estudantes para que permanência do estudante na política de educação pudesse ser garantida. Caracterizam-se como uma dessas lutas, as primeiras ações de Assistência ao Estudante, através da criação da Casa do Estudante Brasileiro, fundada em 1929, no Rio de Janeiro, resultado dos desdobramentos do movimento estudantil. Logo depois, se constitui a União Nacional dos Estudantes - UNE, onde o protagonismo

do movimento estudantil cedeu espaço para a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Considera-se necessário compreender que as perspectivas de atuação da Assistência Estudantil através da inter-relação dos conceitos do acesso e permanência é a garantia de que a Política Pública de Educação se efetive, isto é, há demandas notórias vinculadas à Política de Educação que fez com que o Estado criasse um Programa para suprir as demandas sociais existentes.

.De acordo com o artigo 7º do PNAES, o orçamento do Programa está ligado ao Ministério de Educação e o repasse é realizado para cada instituição onde os programas são vinculados e regulamentados de acordo com cada campus que é responsável pela criação e aberturas de Editais para o acesso dos estudantes. No Paraná é oferecido nas Instituições Federais de Educação, para as Universidades Federais no ensino superior e nos Institutos Federais, no ensino médio integrado e ensino superior.

A configuração da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino é representada dentro de Coordenadorias de Ensino, designadas através de Seções Pedagógicas e de Assuntos Estudantis - SEPAE que variam de nomenclatura de acordo com cada Instituição, as equipes que integram essas seções são multiprofissionais. Cabe destacar, que as equipes são compostas de acordo com cada instituição, visto que não há um quadro mínimo de funcionários existente, pois há demandas específicas em cada campus que delimitam a contratação de funcionários por meio de concurso público. Verifica-se a importância de manter uma equipe multidisciplinar engajada, que trabalhe com pressupostos éticos, planejando e buscando soluções de acordo com suas especialidades, comprometendo-se em trabalhar de modo coletivo para melhor desempenho das atividades e monitoramento de suas ações.

A busca pela Assistência Estudantil nas instituições de Ensino é realizada pelos estudantes nas Seções Pedagógicas e de Assuntos Estudantis, o acolhimento é realizado por toda equipe multidisciplinar, porém, os responsáveis pelos programas que fornecem o subsídio financeiro aos estudantes são os/as assistentes sociais, pois é necessário realizar uma análise socioeconômica a fim de verificar se o estudante se encontra em alguma situação de vulnerabilidade social.

A análise socioeconômica é uma atribuição privativa do assistente social, conforme mostra o inciso IV do artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão nº

8.662/93: “Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (BRASIL,1993). Ressalta-se a importância da inserção do Serviço Social nesse processo, que utilizará seu instrumental técnico - operativo para compreender a realidade social de cada estudante, bem como de verificar possibilidades de diminuição das expressões da questão social no ambiente escolar, o que demanda ser realizado por um profissional capacitado na área.

Salienta-se que a atuação do profissional do Serviço Social não se limita à Assistência Estudantil, há outras atividades em que os profissionais estão inseridos, porém, existe uma invisibilidade de toda rotina do/a Assistente Social nesse espaço sócio ocupacional, vinculando-se a atuação unicamente ao fornecimento de bolsas. Portanto, cabe ao profissional usar sua autonomia para buscar estratégias de enfrentamento frente às demandas no seu campo de trabalho. Conforme diz sobre as competências do/a Assistente Social no inciso VII do Artigo 4º na Lei 8.662/1993: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (BRASIL, 1993).

Nos Institutos Federais de Educação no Paraná, os programas existentes são: 1) o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social- PBIS, fundamentado pela Resolução nº 064/2010, para o ingresso no PBIS é necessário à análise socioeconômica e são direcionadas às vagas de acordo com o ranqueamento de vulnerabilidade social elencadas pelos profissionais do Serviço Social; 2) o Programa de Assistência Complementar ao Estudante- PACE fundamentado na resolução interna nº 020/2012, é um programa que também necessita de análise socioeconômica, destinado aos estudantes que precisam de auxílio financeiro em relação à moradia, alimentação e transporte; 3) a Assistência Proeja, portaria nº 271/2011 é um programa que através de análise socioeconômica fornece subsídio financeiro aos jovens e adultos que estão nos cursos de ensino fundamental e médio na modalidade EJA; 4) o Programa Estudante Atleta- PEA, instituído pela portaria nº 001/2014 é um programa destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade que queiram participar de atividades esportivas, para esse programa também é necessário análise socioeconômica; 5) O programa Monitoria é estabelecido pela resolução nº 04/10, destinado a estudantes auxiliarem outros estudantes através de reforço escolar em um período contra turno.

Os programas e ações da Assistência Estudantil variam de acordo com cada Instituição de Ensino, as possibilidades de mudanças e criação de novas atividades surgem a todo o momento e buscam refletir sobre a importância desse programa para o estudante e instituição de ensino.

Buscou-se até aqui refletir sobre os principais elementos que constituem a inserção do Serviço Social na Assistência Estudantil, para tanto, deve-se observar que assegurar apenas o acesso dos discentes nas Instituições de Ensino não determina que as transformações sociais ocorram, ou seja, as estratégias de ação vinculadas aos estudantes vão além de fornecer subsídio financeiro, pois existem outros fatores sociais determinantes que impedem o discente de permanecer na Instituição.

Dessa forma, busca-se compreender que o/a Assistente Social nesse programa é um profissional habilitado para contribuir com que os direitos sociais dos estudantes dentro da Política de Educação sejam efetivados, criando formas de combate às desigualdades sociais presentes na Escola/Instituição, contemplando uma formação integral dos discentes.

Após esse resgate sobre a assistência estudantil e com o propósito de conhecer a atuação do Serviço Social nessa realidade, o próximo capítulo será tratado sobre a atuação do/a Assistente Social no Instituto Federal de Educação campus Paranaguá.

4 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SEÇÃO PEDAGÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS PARANAGUÁ

O Primeiro ensino profissionalizante no país acontece através do Decreto nº 7.566/1909, onde se cria a Escola de Aprendizizes Artífices, vinculada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, a primeira fase da Educação profissional no Brasil era destinada a alunos da classe operária, oferecendo ensino profissional e gratuito através de oficinas de trabalho manual em período integral, já com interesse de produzir a força de trabalho qualificada para o mercado.

Após a criação da Escola de Aprendizizes, a Educação profissional foi se articulando e abrangendo todos os níveis de ensino, em parceria com diversas indústrias locais, consolidando o ensino profissionalizante no país, possibilitando o acesso de muitos jovens ao mercado de trabalho.

O Instituto Federal do Paraná substitui esse modelo de educação profissional vigente, criado através da Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, oferece Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino. A criação dos Institutos Federais no Brasil ampliou a oferta de cursos profissionalizantes no país, onde permitiu avanço da pesquisa científica através de projetos de extensão, pesquisa e monitorias, que gera trabalho e renda e permite o desenvolvimento regional. De acordo com Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Através dessa Lei, são criados 38 Institutos Federais no Brasil, entre eles o Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá a que se destina este estudo. O campus está localizado no Bairro Porto Seguro, região periférica da cidade que de acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP do IFPR:

situa-se na periferia da cidade, em um bairro pobre, carente de infraestrutura e políticas públicas de apoio social. Os problemas maiores estão relacionados às áreas de ocupação de restingas e manguezais pelas famílias sem teto e dos moradores do conjunto habitacional, em torno das dificuldades de emprego, saúde, creches e outras demandas. (NESTPHAL, BRONDANI, 2009)

O Bairro Porto seguro é novo no município, construído para realocar moradores da região da Vila Becker e do Canal do Anhaia, devido ao desenvolvimento e expansão do porto de Paranaguá:

O fenômeno social de realocação de moradores no município de Paranaguá, que demandou a intervenção do Estado por meio de órgãos de diferentes setores e níveis, não está circunscrito à luta pela moradia por parte da população em questão. É algo muito mais complexo, que envolve o processo de expansão e modernização do Porto de Paranaguá e que coloca em evidência distintas posições políticas de órgãos do próprio Estado (TUMELERO, 2015 p.201,).

Analisa-se que a implantação do campus Paranaguá na região do Porto seguro surge com a proposta de desenvolvimento econômico e social da região. Através dos estudos realizados para a implantação do campus de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Instituição, constatou-se que a população local vive em condições de vulnerabilidade social, caracterizadas por situações de desemprego, violência e uso abusivo de drogas que afetam diretamente na condição socioeconômica da população, que tem uma vida empobrecida necessitando assim, de políticas públicas de Estado.

O IFPR campus Paranaguá, atende aproximadamente 1.100 alunos através das modalidades de Ensino médio integrado, Ensino superior, Proeja, Especialização e Mestrado. O Ensino Médio integrado atende os cursos de Informática, Mecânica e Meio Ambiente, o Ensino Superior contempla os cursos de Licenciatura em Física e Ciências Sociais, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Manutenção Industrial. Na especialização, Gestão Ambiental e Matemática Computacional Aplicada à Educação e no mestrado: Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Dentro da composição do Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá, está localizado a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis - SEPAAE, subordinada pela Coordenadoria de Ensino/Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão/Diretoria - geral do Campus. Atualmente a Seção Pedagógica é composta por duas Assistentes Sociais, três Pedagogas, uma Técnica em Assuntos Estudantis e uma estagiária de Serviço Social. De acordo com o manual de competências da Seção Pedagógica são algumas das atribuições da equipe multidisciplinar:

Acompanhar e participar das ações do Núcleo de apoio às pessoas com necessidade específica (NAPNE); - Auxiliar a Coordenação do curso no controle de frequência e evasão dos alunos; - Propor alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas e critérios e providências para a melhoria da qualidade de ensino; - Incentivar a participação dos alunos nas Olimpíadas Acadêmicas; - Incentivar ações de integração do trabalho docente, das várias disciplinas integrantes da área para a organização do curso; - Acompanhar os alunos em suas dificuldades de aprendizagem; - Incentivar a participação nos vestibulares seriados; - Auxiliar, Orientar, buscar estratégias para combater a evasão escolar e repetência; - Auxiliar a Implantação de ações de Inclusão Social e de Assistência Estudantil; - Auxiliar na regularização e integração dos alunos estrangeiros (IFPR, 2015).

A Seção Pedagógica realiza o acompanhamento dos discentes no campus desde o início até o término do curso, de acordo com cada especialidade e área do saber, a SEPAE monitora o rendimento dos estudantes através dos coletivos pedagógicos e é a porta de acesso para os estudantes e pais na Instituição.

É oportuno considerar que a Instituição IFPR destina 80% das suas vagas de inclusão, através da Lei nº 12.711/2012 que institui a Lei de Cotas, considerada uma conquista histórica marcada por lutas da sociedade civil organizada.

De acordo com o Artigo 5º do PNAES:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (PNAES, 2010).

As vagas no IFPR são destinadas a inclusão de estudantes com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, candidatos com deficiência, auto declarados indígenas, pretos e pardos, estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas e 20% para as vagas de ampla concorrência.

A inserção do/a Assistente Social na SEPAE se configura através da Lei de Cotas mas não somente, pois a atuação do profissional se realiza através dos atendimentos aos estudantes desde o primeiro contato do estudante com a Instituição que é o processo seletivo, até a conclusão do curso.

O ingresso nos cursos é realizado através de um processo seletivo, onde para esse processo é realizada o pagamento de uma Taxa. A Lei nº 12.799/2013 garante que o estudante que tenha: "I - renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio; II - ter cursado o ensino médio completo em escola da

rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada (BRASIL, 2013)” seja isento do pagamento dessa taxa. Para a isenção da taxa de pagamento é realizada uma análise socioeconômica pelo Serviço Social, conforme mostra o inciso XI do 4º Art. do Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/93: “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Aqui se encontra a primeira atribuição privativa do Serviço Social, que irá fornecer um parecer social sobre a realidade social em que o estudante se encontra para a isenção da taxa de pagamento do processo seletivo.

Durante a permanência do/a estudante na Instituição, são realizados acompanhamentos pedagógicos e sociais nos quais os/as estudantes são direcionados a Seção Pedagógica através das Coordenadorias de ensino. O Serviço Social está inserido nesse processo através da participação ativa nos Coletivos Pedagógicos em conjunto com a Seção Pedagógica, onde em avaliação com os professores e demais profissionais, são discutidos os assuntos acerca do rendimento de todos os discentes nos cursos. O acompanhamento pedagógico acontece bimestralmente, onde a Seção Pedagógica se divide para atender todas as turmas, simultaneamente com o apoio dos professores/as, através de reuniões, monitoramento das frequências, notas, rendimento e distribuição dos boletins acadêmicos.

Ao longo do ano letivo na instituição, são realizados alguns projetos em que o Serviço Social está inserido ou em que o mesmo organiza. São realizadas oficinas em grupo, como o de Orientação Vocacional, destinada aos estudantes que estão no término do ensino médio integrado e estão se preparando para o vestibular. Neste espaço os estudantes tem contato com uma série de cursos e dinâmicas que ampliam sua visão sobre o seu futuro profissional. O projeto de Fanzines é uma atividade idealizada pelo Serviço Social, onde são realizados encontros com a comunidade acadêmica, técnica e local, objetivando a produção de jornais alternativos de comunicação. Esse material de divulgação científica tem como meta o debate de temas relevantes para toda a comunidade. As medidas socioeducativas também são realizadas no campus, onde são oferecidos projetos aos jovens e adolescentes autores de atos infracionais. Esses encaminhamentos se efetiva pela parceria com o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE

também é oferecido no campus Paranaguá, o qual realiza ações focalizadas e atendimentos aos discentes em parceria com os Interpretes de Libras da Instituição.

Verifica-se que garantir apenas o acesso dos estudantes na Instituição de Ensino, não assegura que os estudantes em situação de pauperização tenham condições de permanecer no ambiente escolar, isto é, é necessário que a instituição tenha políticas internas de permanência aos discentes para o término do curso. Nesse sentido, no Campus Paranaguá do IFPR existe programas de permanência para os discentes que são realizados durante todo o ano letivo, no qual os estudantes se inscrevem e são encaminhados de acordo com as demandas apresentadas.

A Assistência Estudantil no IFPR campus Paranaguá é um dos campos de atividade em que o Serviço Social está inserido. É esse espaço em que os estudantes em situação de vulnerabilidade são atendidos, através dos programas focalizados que fornecem o subsídio financeiro ao estudante para os fins de moradia, meio de transporte e permanência estudantil, bem como, de programas que incentivam a participação em pesquisa, cultura e esportes.

No ano de 2018, os valores dos subsídios estão no valor de R\$300,00 para os programas: Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE, Programa de Inclusão Social - PBIS, Programa Estudante Atleta - PEA, Bolsa PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos e MONITORIA. Esses valores não são acumulativos, exceto o PACE. O estudante ao se inscrever, é direcionado a escolher apenas um programa mesmo que tenha perfil para o ingresso. A participação da equipe multidisciplinar de acordo com fluxo de atendimento na FIGURA 2 é realizada durante todo o processo, exceto na Análise Socioeconômica que é uma atividade privativa do Serviço Social.

FIGURA 2: FLUXO DE ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



(FONTE: Elaborado pela autora: 2018)

Para a permanência dos estudantes nos programas de Assistência Estudantil, é necessário que o discente tenha 75% de frequência em sala de aula e nos programas PACE, PBIS, PACE. Essa frequência é acompanhada pelo Serviço Social em conjunto com a Seção Pedagógica.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil é realizado através de Editais que são construídos pelas Reitorias de Ensino, onde são discutidas as reais necessidades dos campi. A participação dos Assistentes Sociais do campus Paranaguá nesse processo se realiza através dos encontros organizados pela categoria profissional que surgem com o propósito de discutir o desenvolvimento do PNAES nos campi e as dificuldades encontradas pelos profissionais durante todo o acompanhamento do programa, tais espaços de debate permite a construção de propostas que são encaminhadas às reitorias de ensino.

Através dos editais, os estudantes se inscrevem por meio de um formulário (constante em anexo) com questões abertas e fechadas e são orientados a anexar documentos comprobatórios de identificação, matrícula, residência e renda do próprio estudante e de todos que representam sua composição familiar. As documentações são utilizadas pelo Serviço Social para uma análise socioeconômica a fim de verificar se o estudante se encontra no perfil do programa, essa análise é feita de acordo com os critérios que a Instituição define e utilizam-se os instrumentais que a/o assistente social considerar viável, podendo ser feita a análise documental, entrevista, visita domiciliar e entre outras.

Busca-se perceber a relação da prática profissional do Serviço Social do IFPR campus Paranaguá com a proposta do Projeto Ético Político da Profissão, que pressupõe de intervenções amplas, com perspectiva crítica que visem garantir os direitos dos usuários através de sua instrumentalidade, representada pelas dimensões técnico-operativa, ético-político e teórico metodológica, que de acordo com Souza:

mais do que copiar e seguir manuais de instruções, o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazos. (SOUZA, 2008 p.124)

Durante a atuação do Serviço Social no IFPR é realizado procedimentos que auxiliam o profissional para o melhor desempenho das atividades privativas, para isso são utilizados os instrumentais técnico-operativos que fornecem qualidade para seus atendimentos, como a entrevista, que é:

Além de ser um instrumento de uso cotidiano para muitos profissionais, é imprescindível aos que lidam diretamente com os usuários. Sua importância está em permitir aos assistentes sociais o conhecimento da realidade, “sob a ótica da história de vida de alguém que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas, e que as informações e recursos não estão disponíveis para um acesso autônomo” (CARDOSO, p. 34, 2008).

A avaliação socioeconômica é realizada para o ingresso dos estudantes na instituição e nos programas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, embora cada campus tenha autonomia para realizar esse processo da maneira mais justa e democrática possível, deve-se deixar claro que, a quantidade de bolsas existentes durante o processo, não contempla todos os estudantes escritos para o programa. O número de bolsas é inferior ao número de inscrições, no entanto, em cada campi são construídos indicadores de avaliação para definir quais entre os estudantes com vulnerabilidade social, devem entrar ao programa. De acordo com Graciano (2013):

O estudo socioeconômico se destaca como uma possibilidade de conhecer a realidade dos usuários, visando sua compreensão e intervenção sob a ótica da equidade e justiça social de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais. (GRACIANO, p.2, 2013).

A visita domiciliar não é um instrumental muito utilizado pelo Campus Paranaguá, pelas fragilidades que o campus apresenta através de transporte e de contratação de profissionais. Ela é um instrumental que permite em que os profissionais tenham um maior contato com a realidade social dos discentes e auxilia o profissional para a tomada de decisão, a visita domiciliar:

é um dos instrumentos que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária. As visitas domiciliares “têm como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevistas de gabinete” (MIOTO, 2001, p.148).

Compreende-se que a atuação da Assistência Estudantil promove três pilares fundamentais para a conclusão do curso dos estudantes. O primeiro pilar é o acesso, caracterizado pelo primeiro contato com a instituição em que o estudante irá realizar, a ponte inicial marcará a trajetória do estudante enquanto parte da classe trabalhadora. O segundo pilar é a permanência, uma base onde o discente terá que construir para ampliar o espaço de descobrimentos e desenvolvimento acadêmico durante o processo de ensino aprendizagem. O terceiro e último pilar é o êxito, os desdobramentos garantidos no primeiro e no segundo pilar, percorrem para que o discente efetive os objetivos traçados no início do ciclo e conclua os estudos com plenitude. Os três pilares constroem a Assistência Estudantil e a atuação do Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional, considerando que a práxis está relacionada com a articulação do acesso permanência e êxito, o Serviço Social se materializa através dos programas e projetos inseridos na Política de Educação, promovendo a Ascensão da Educação Pública Gratuita e de Qualidade.

5 ANÁLISE DE DADOS: O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES NO IFPR CAMPUS PARANAGUÁ

Para realizar a análise do trabalho do/a Assistente Social na assistência estudantil no Instituto Federal de Educação do campus Paranaguá, buscou-se traçar o perfil socioeconômico do público atendido pelos Programas da Assistência

Estudantil. O perfil socioeconômico é parte integrante do diagnóstico essencial e inicial para composição o estudo socioeconômico, sendo este:

[...] instrumento do exercício profissional do/a Assistente Social que possibilita identificar demandas, bem como conhecer o contexto social familiar e econômico dos indivíduos/famílias atendidos/as para assegurar seus direitos (CFESS, 2018).

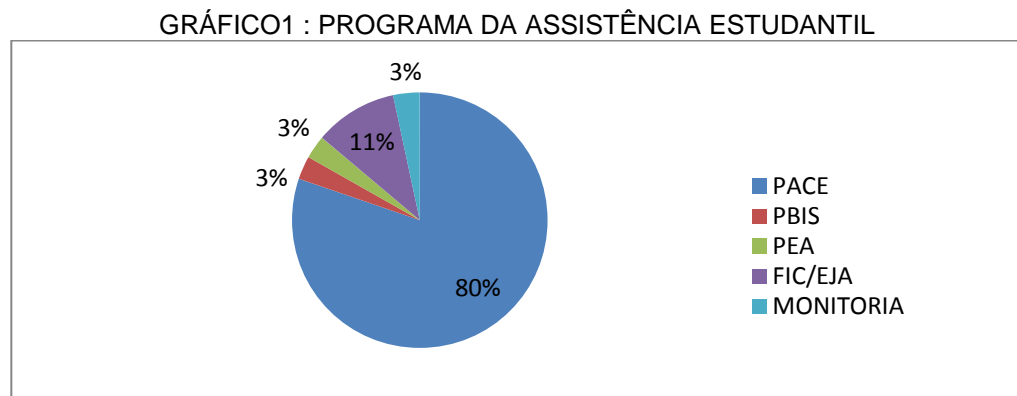
O campus Paranaguá em 2018 ofereceu os seguintes Programas: Programa de Assistência Complementar ao Estudante, que atende 193 estudantes, o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social que atende 07 estudantes, o Programa Estudante Atleta que atende 07 estudantes, a Bolsa Proeja/Fic que atende 25 estudantes e o Programa Monitoria que atende 08 estudantes. No total dos programas, são 240 estudantes contemplados pelos Programas da Assistência Estudantil.

A busca pelos dados do perfil socioeconômico se deu através dos formulários de inscrição dos Programas da Assistência Estudantil, que são arquivados para fins de auditoria e de requerimento de recursos. Os itens utilizados do formulário para compor o perfil socioeconômico foram: a) Programa da Assistência Estudantil; b) Sexo/Gênero; c) Cidade; d) Estado Civil; e) Moradia; f) Situação de Moradia; g) Distância até o campus; i) Meio de Transporte; j) Forma de Ingresso; k) Ensino Fundamental; l) Modalidade; m) Curso; n) Período; o) Permanência no campus fora do período de aula; p) Recebe algum tipo de bolsa da Instituição; q) Trabalho; r) Bolsa Família; s) Benefício de Prestação Continuada-BPC; t) Nível de Instrução Pai/Mãe; u) Pessoa com Deficiência e v) Renda Per Capita.

5.1 PERFIL SOCIECÔNOMICO DO/A ESTUDANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM 2018

O gráfico que será apresentado representa as distribuições dos Programas de Assistência Estudantil do IFPR Campus Paranaguá, ao total são ofertados cinco programas aos discentes durante o ano letivo sendo que para cada programa é estabelecido um edital específico, bem como, o número de vagas disponíveis para o ingresso, condicionalidades e requisitos para acesso.

Convém considerar que o campus Paranaguá também oferece Assistência Estudantil através de bolsa aos estudantes que solicitam subsídio financeiro para participar de eventos acadêmicos, porém o edital não é ofertado em conjunto com os outros programas da Assistência Estudantil, por esse motivo não há um registro específico para verificar o percentual de estudantes que acessam a este serviço. A democratização dos editais para o acesso aos programas acontece através da equipe multidisciplinar da Seção Pedagógica (que inclui o Serviço Social) em todas as turmas das modalidades do ensino médio, superior e PROEJA. Para tanto, ilustra-se no gráfico a seguir:



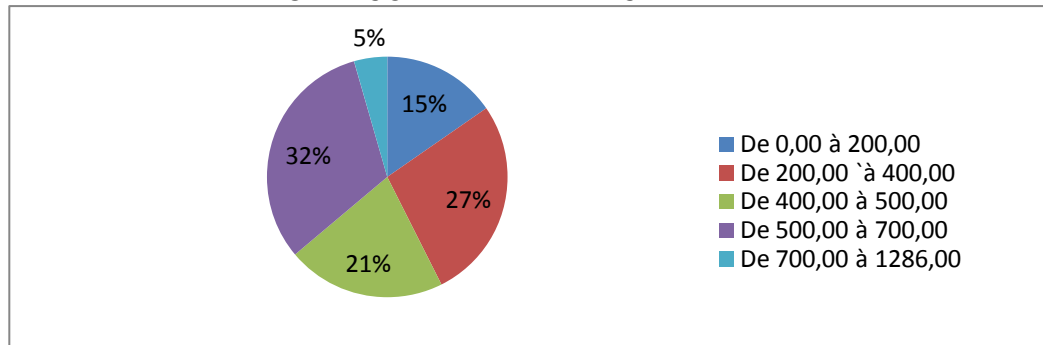
FONTE: A autora (2018)

De acordo com o GRÁFICO 1, 80% dos estudantes estão inseridos no Programa de Assistência Complementar ao Estudante –PACE, que destina ao estudante subsídio financeiro para fins de alimentação, transporte e/ou moradia. Este é o programa que abrangeu o maior número de vagas para os discentes no ano de 2018. Os programas PBIS, PEA e Monitoria atingem 3% dos estudantes. Convém citar que o baixo índice de estudantes no programa se refere a quantidade reduzida de vagas em edital, que no ano de 2018 foram de 07,07 e 08, respectivamente. O programa FIC/EJA abrangeu 11%, contemplando todos os discentes inscritos não havendo lista de espera. Essa realidade demonstra que houve uma alteração no curso do PROEJA no campus Paranguá em 2018, que se tornou um curso apenas de Formação Inicial e Continuada – FIC e não mais EJA, onde nos requisitos do Edital é de que o/a estudante tenha matrícula na Educação Básica na modalidade EJA para poder se inscrever nos Programas da Assistência Estudantil.

Para o acesso aos Programas da Assistência Estudantil, há uma normativa no PNAES que dispõe sobre a renda dos estudantes, conforme diz o Art. 5º da Lei nº 7.234/2010:

“Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (PNAES,2010).

GRÁFICO 2 – RENDA PER CAPITA

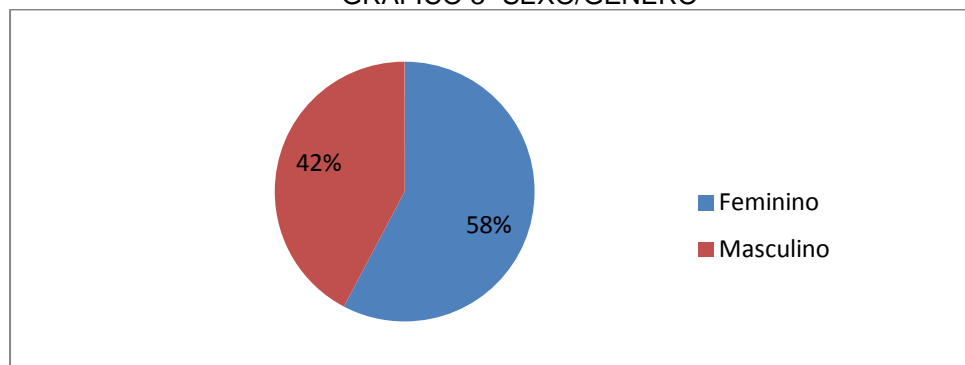


FONTE: A autora (2018)

Ao investigar essas informações nos formulários, constatou-se que: 32% dos estudantes possuem renda *per capita* de R\$500,00 a R\$700,00, 27% possuem a renda de R\$200,00 a R\$ 400,00 e 21% possuem a renda de R\$400,00 a R\$500,00. Verificam-se através desse gráfico, as condições de desigualdade representadas pela fragilidade econômica dos 5% dos estudantes que possuem renda *per capita* de 0,00 a 200,00, tendo em vista os custos consideráveis com relação à moradia, transporte e alimentação que dificultam permanência do estudante na instituição.

No GRÁFICO 3 verifica-se o item Sexo/Gênero:

GRÁFICO 3- SEXO/GÊNERO

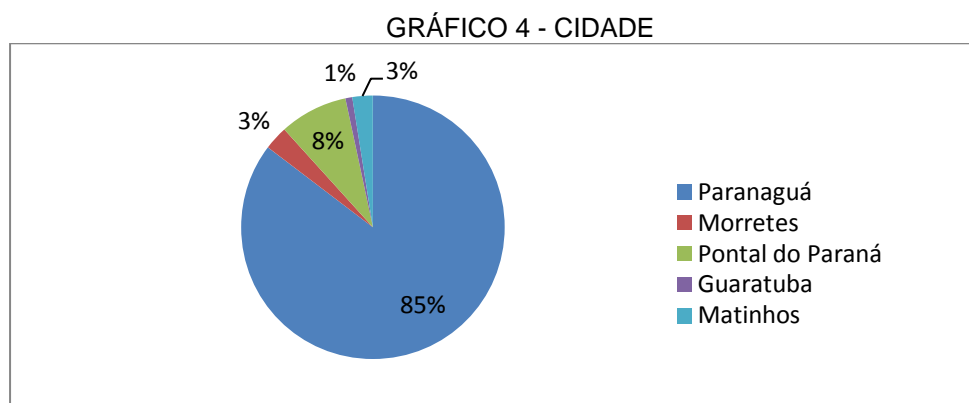


FONTE: A autora (2018)

As respostas dos estudantes se caracterizam em: 58% dos discentes são do sexo feminino e 42% são do sexo masculino. No formulário de inscrição não é possível identificar se há pessoas transsexuais, pois, ainda não está disposto no campo de resposta do formulário a identidade de gênero, apenas sexo feminino e sexo masculino. Dessa forma não há como identificar se há diversidade sexual existente no campus, bem como de verificar as dificuldades encontradas para o acesso aos cursos pela questão de gênero. Essa realidade denota que historicamente há uma luta da população LGBT em busca de legitimidade de sua identidade de gênero, através das inscrições em vestibulares, serviços públicos e formulários, que de acordo com Camargo (2017) é definida como:

A identidade de gênero é uma categoria da identidade social e refere-se à identificação do indivíduo como homem ou mulher, ou com alguma categoria diferente de homem ou de mulher. Essa identidade deve ser construída pelo próprio ser humano. Mesmo com todas as influências que receberemos, caberá a cada um sentir se está em concordância com sua orientação, seus desejos e suas práticas sexuais, entendendo que eles podem ser modificados (CAMARGO, 2017, p.165).

O GRÁFICO 4, demonstra a diversidade de localização dos estudantes que residem na região do Litoral no Paraná.



FONTE: A autora (2018)

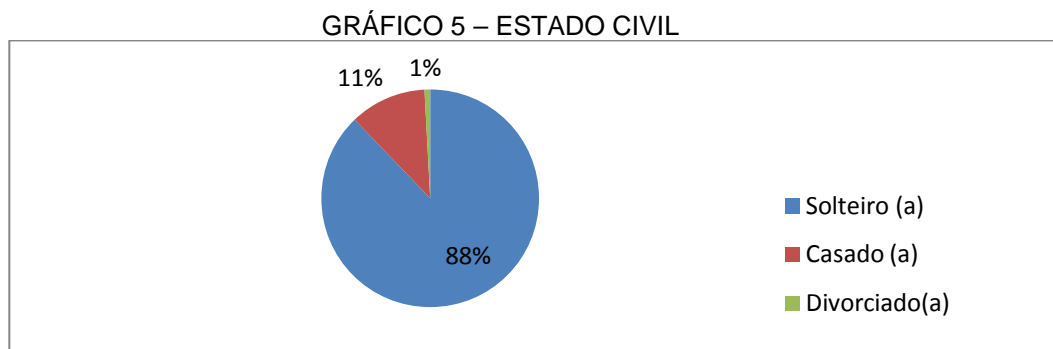
De acordo com o gráfico, 85% dos discentes residem na cidade de Paranaguá, e os demais 15% estão subdivididos em: Pontal do Paraná com 8%, Matinhos com 3%, Morretes com 3% e Guaratuba com 1%. De acordo com a entrevistada 1 e entrevistada 2, a questão da localidade dos alunos impacta diretamente na rotina escolar:

a nossa aula começa muito cedo, chega na hora do almoço, começam a ficar nervosos porque tem que sair pra pegar o ônibus, a noite é uma encrenca terrível né, porque o ônibus passa em um horário que o estudante esta aqui dentro ainda, e dai claro, que isso impacta diretamente em nossos estudantes que residem em outros municípios. (Entrevistada 1)

A gente percebe uma maior dificuldade às vezes de estar no campus e acredito que sim que a questão do deslocamento acaba atrapalhando na questão principalmente dos alunos que estudam no turno da manhã, por exemplo, nós temos alunos que vem de Guaratuba, então eles tem que sair muito cedo de lá, acabam chegando muito tarde. (Entrevistada 2)

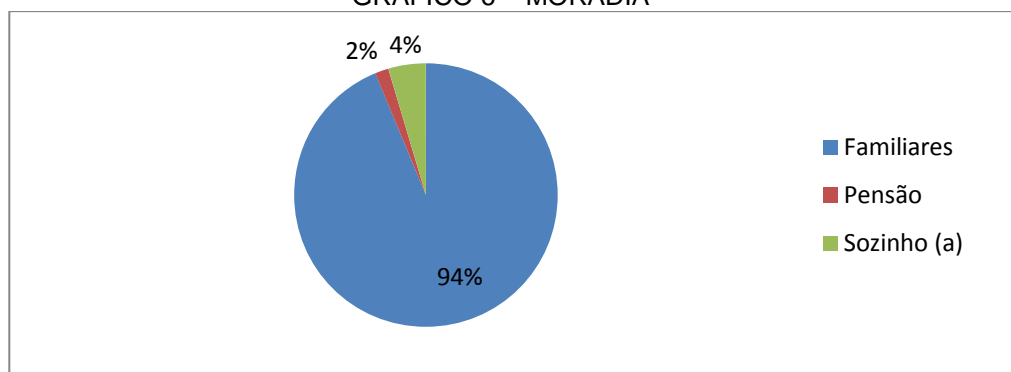
Na região do Litoral do Paraná em especial tratando-se de Paranaguá, existem situações peculiares com relação à mobilidade na região. Há dificuldades com a única e atual empresa de transporte público que presta serviço a Prefeitura de Paranaguá: o valor das passagens, a pouca oferta de ônibus em horários de maior pico; e entre outros fatores que envolvem a Instituição e o acesso a ela pelos alunos. Dessa forma, denota-se que a atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil pode se estender a outras Políticas Públicas, como por exemplo, a política de transporte do município, pois, se verifica a necessidade de diagnosticar como a questão da mobilidade urbana interfere nas condições sociais e educacionais dos alunos, bem como, de verificar a importância de fortalecer o contato entre a rede, a fim de buscar ações de estratégias de enfrentamento a essas fragilidades. Nessa perspectiva, verifica-se também que o encaminhamento do Serviço Social as demais políticas públicas, como a política de Saúde, através do Centro de Atendimento Psicossocial de Transtornos Mentais e a política de Assistência Social através dos programas sociais ofertados pelo município.

O GRÁFICO 5 demonstra o Estado Civil dos estudantes:



FONTE: A autora (2018)

GRÁFICO 6 – MORADIA

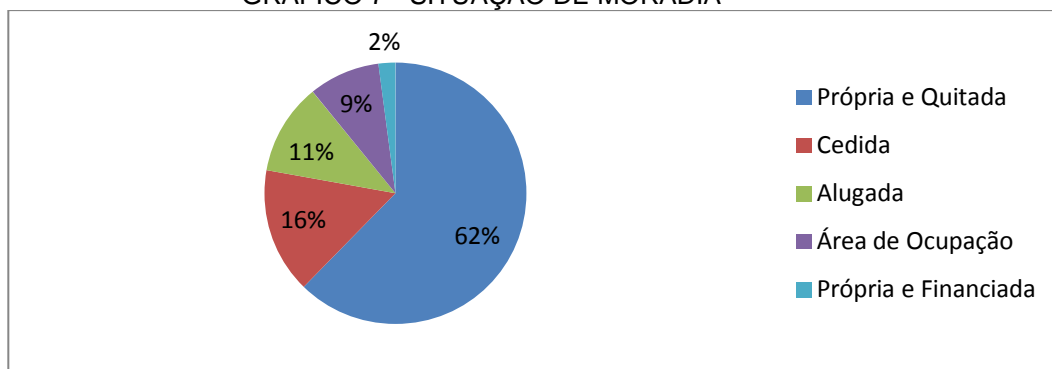


FONTE: A autora (2018)

A leitura do GRÁFICO 5 apresenta que 88% dos estudantes são solteiros(as), 11% casados(as) e 1% divorciado(a). A predominância de alunos solteiros se remete ao fato de que o Campus Paranaguá atende um número maior de estudantes que estão em nível médio integrado, onde 94% dos estudantes ainda residam com familiares, conforme mostra o GRÁFICO 6.

A leitura do GRÁFICO 7, mostra a situação de moradia dos discentes:

GRÁFICO 7 - SITUAÇÃO DE MORADIA



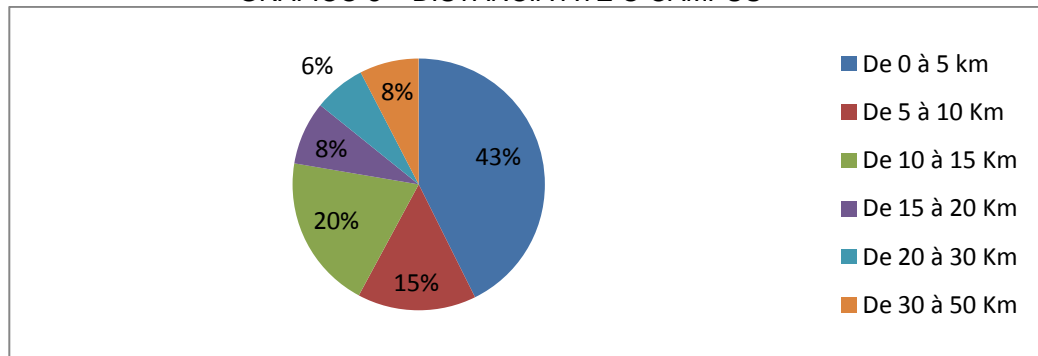
FONTE: A autora (2018)

A situação de moradia dos discentes representa fatores importantes para análise onde 62% diz morar em casa própria e quitada, 16% dos discentes moram em casa cedida e 11% em área alugada. É necessário citar que as fichas de inscrição utilizadas para a pesquisa, foram respondidas pelos estudantes o que considera a interpretação dos mesmos sobre o formulário, podendo existir uma margem de erro sobre as respostas. Problematisa-se que a região do Porto Seguro, bairro onde o campus Paranaguá está instalado é povoado por conjuntos habitacionais do Governo Federal para realocar a população da Vila Becker, atingida

pela expansão do Porto de Paranaguá, que revela o alto índice de casa própria e quitada. Como a região próxima do Porto Seguro é um bairro novo na cidade, há diversas áreas ocupadas para os fins de moradia.

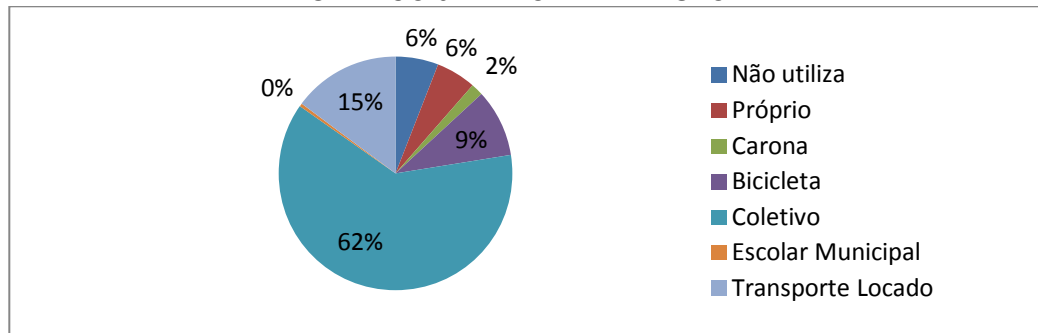
Ao considerar isso, verifica-se no GRÁFICO 8 a distância até o campus IFPR em Paranaguá e no GRÁFICO 9, os meios de transporte utilizados pelos estudantes:

GRÁFICO 8 – DISTÂNCIA ATÉ O CAMPUS



FONTE: A autora (2018)

GRÁFICO 9 – MEIO DE TRANSPORTE



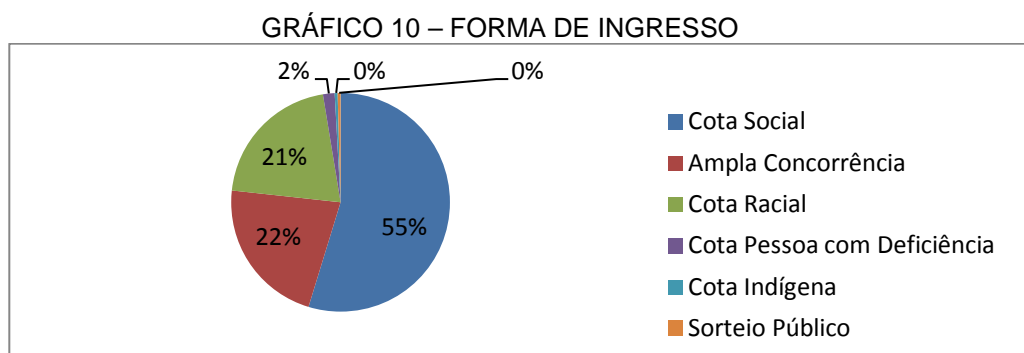
FONTE: A autora (2018)

De acordo com o GRÁFICO 8, 43% dos discentes residem nessas mediações de 0 a 5 km de distância até o campus, 20% residem entre 10 e 15 km e 15% de 5 a 10 km. A distância das residências até o campus indica que é necessário que os estudantes possuam meio de transporte adequado para suprir essa necessidade, conforme mostra o GRÁFICO 9, que indica 62% dos estudantes utilizam o Coletivo³ para chegar ao campus e 15% utilizam o transporte locado. Essa realidade denota a importância de se manter o Programa de Assistência

³ Transporte Público Municipal

Complementar ao Estudante – PACE, visto que o subsídio financeiro fornecido contribui para que os estudantes garantam o meio de transporte.

Para relacionar o acesso, permanência e êxito dos discentes através da Assistência Estudantil, verificou-se que no perfil dos discentes o índice da forma do ingresso dos estudantes, de acordo com o GRÁFICO 10:



FONTE: A autora (2018)

A consolidação da Lei de Cotas nº 12.711/2012 institui no IFPR campus Paranaguá, conforme o Art. 1º:

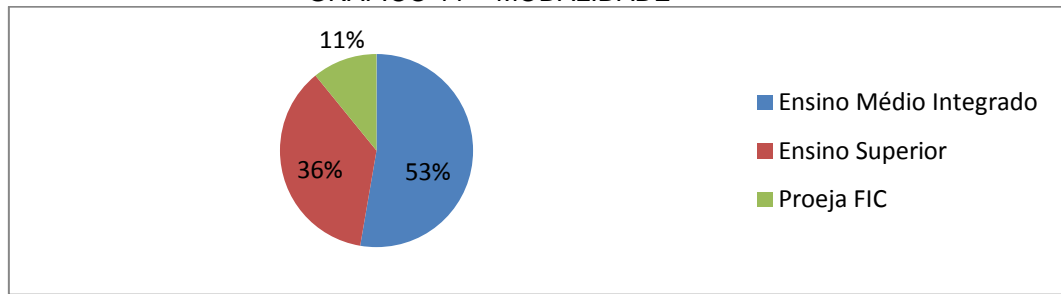
As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL,2012).

A representatividade dos alunos cotistas no campus é apresentada por 55% das vagas para a Cota Social, 22% para as vagas de Ampla Concorrência e 21% para as vagas de Cota Racial. Importante considerar nesse processo, a atuação do Serviço Social garantindo acesso aos estudantes:

autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012).

Buscando compreender como é o acesso dos serviços prestados pela Assistência Estudantil através das modalidades em que os discentes estão inscritos, verificou-se que:

GRÁFICO 11 – MODALIDADE



FONTE: A autora (2018)

A representatividade de 53% dos alunos que cursam o ensino médio integrado nos programas 36 % no ensino superior e 11 % nos cursos do Proeja FIC. De acordo com as entrevistadas, há uma maior demanda por atendimento do Ensino Médio Integrado, conforme diz as entrevistadas 1 e 2:

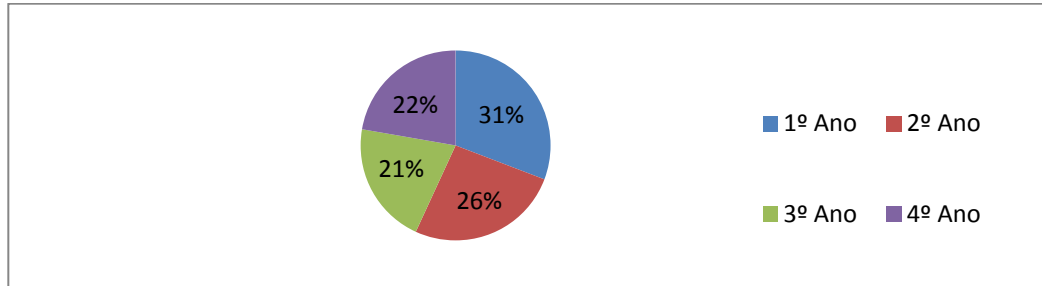
Os cursos do médio procuram mais a gente, eu acho que a gente não conseguiu ainda vincular com o superior na verdade, e quando o superior nos procura é do modo assistencialista (Entrevistada 1).

o ensino médio é o que acaba tendo mais atenção, por se tratar de adolescentes, menores de idade, então a gente acaba tendo uma atuação maior com eles do que com os alunos do ensino superior, e até mesmo do proeja que é um público que a gente sabe que tem várias situações de vulnerabilidade mas que acabam não vindo até nós (Entrevistada 2).

Conforme o relato das entrevistadas verifica-se o distanciamento dos alunos do ensino superior com a Seção Pedagógica, que não estabelece esse vínculo com os alunos dessa modalidade, muitas vezes pelo fato de desconhecimento do trabalho da Seção Pedagógica. Não existe um diagnóstico preciso que demonstre o distanciamento do ensino superior com a seção pedagógica, sendo assim, verifica-se a necessidade do Serviço Social buscar estratégias de aproximação com essa modalidade, seja através de divulgação do trabalho da equipe multidisciplinar, como também em promover projetos que envolvam os estudantes dessa modalidade que de visibilidade para o Serviço Social.

Verifica-se a seguir, o GRÁFICO 12 sobre o período dos estudantes:

GRÁFICO 12 – PERÍODO

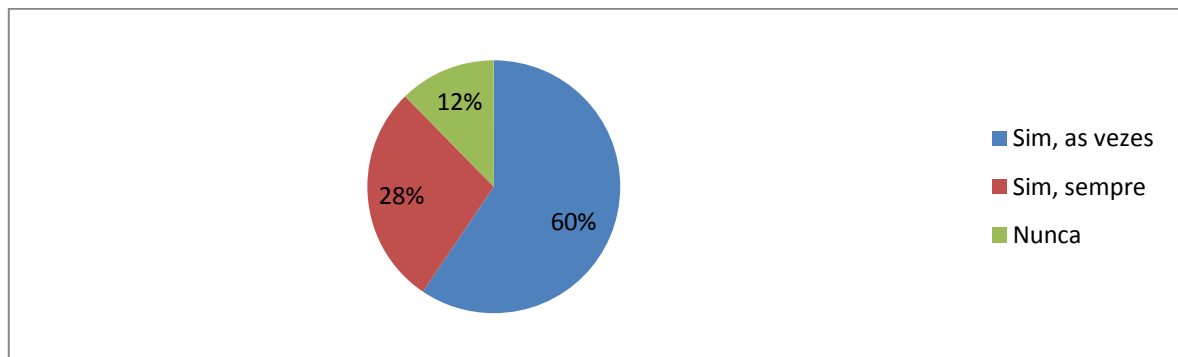


FONTE: A autora (2018)

De acordo com o GRÁFICO 12 buscou-se compreender se há demandas específicas sobre o período dos cursos, que indicou 31% dos estudantes que acessam os programas da Assistência Estudantil estão cursando o 1º ano, 26% cursam o 2º ano, 22% cursam o 4º ano e 21% dos discentes estão no 3º ano do curso. Verifica-se que na perspectiva de adaptação, que os estudantes do 1º ano acabam buscando os serviços da Assistência Estudantil com mais frequência, bem como o apoio da Seção Pedagógica, conforme diz a entrevistada 2: *“a gente percebe que os alunos do primeiro ano eles demandam mais, eles estão no processo assim de adaptação com a instituição, então eles acabam demandando mais situações para nós do que os alunos dos outros anos”*.

Ao analisar a permanência dos estudantes na Instituição nos períodos em que não estão em sala de aula:

GRÁFICO 13- PERMANÊNCIA NO CAMPUS FORA DO HORÁRIO DE AULA



FONTE: A autora (2018)

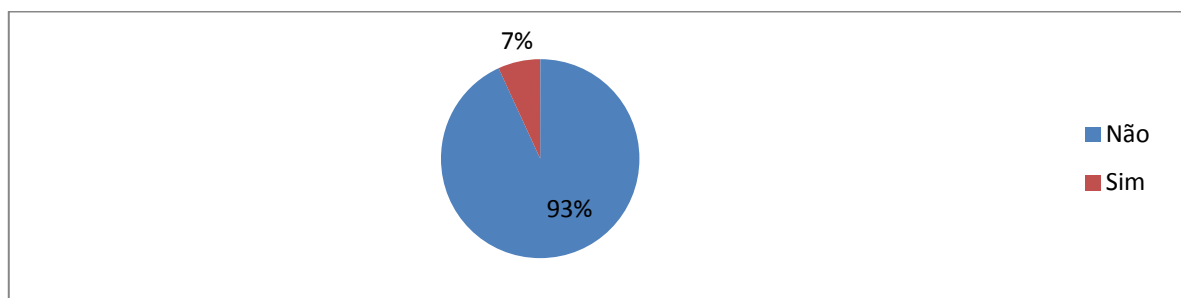
Apresenta-se que 60% dos estudantes dizem que Sim, às vezes permanecem no campus, 28% dos discentes diz que sim, sempre permanecem e 12% dizem que nunca permanecem no campus. Uma das características que o IFPR campus Paranaguá possui, são as atividades que ocorrem durante o período contra turno,

inclusive dos cursos que são integrais. Essas atividades lúdicas propõe um maior envolvimento do estudante com o curso, assim como a aproximação com a Instituição, conforme mostra a entrevistada 1:

Os alunos tem autonomia, porque aqui no Instituto a gente tem essa questão da educação integral que não se restringe as paredes de sala de aula, então se o estudante está na semana acadêmica está no processo educativo também, está na reunião do coral, também está apreendendo, então eles vivem no Instituto, fazendo aula de xadrez, na biblioteca, jogando vôlei no gramado e também isso é um processo de aprendizado, então eles usufruem de todos os espaços (Entrevistada 1).

O item a seguir revela um fator interessante a observar, visto que existem outros programas na instituição que não fazem parte da Assistência Estudantil, mas que fornecem subsídio financeiro aos estudantes através de bolsas de pesquisa e extensão. Conforme mostra o GRÁFICO 13, 93% dos estudantes que tem acesso a Assistência Estudantil não possui outra bolsa da instituição enquanto que 7% possuem vínculo com outros programas.

GRÁFICO 14: RECEBE ALGUM TIPO DE BOLSA DA INSTITUIÇÃO



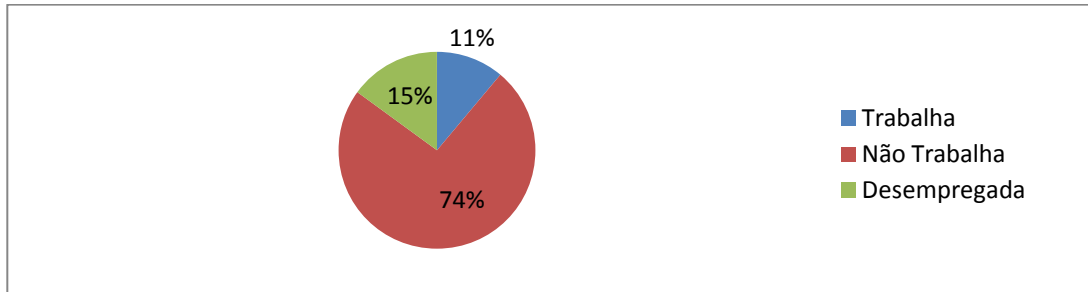
FONTE: A autora (2018)

Ao saber da questão do acesso a pesquisa e extensão, verifica-se que há um número reduzido de estudantes inseridos na Assistência Estudantil, isso demonstra que:

a gente acaba percebendo que a grande maioria dos alunos que acessam esses programas de pesquisa e extensão são alunos que não demandam da Assistência Estudantil. Por que esses programas, eles acabam exigindo, mais, os professores acabam optando por aqueles alunos que têm uma maior facilidade de aprendizagem, então infelizmente reflete muito a questão do aluno que veio da escola pública, que tem a situação financeira precária e esse aluno muitas vezes acaba só acessando a pesquisa e extensão através dos programas de estudantil. (Entrevistada 2)

Com relação ao trabalho, buscou-se verificar através do GRÁFICO15, o índice de estudantes trabalhadores, estes representados pelas modalidades do ensino médio integrado, ensino superior e EJA/FIC.

GRÁFICO 15- TRABALHO

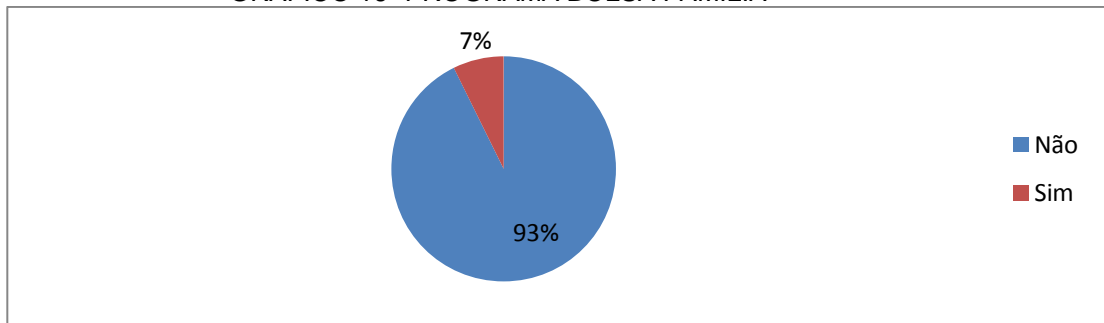


FONTE: A autora (2018)

11% dos discentes respondentes trabalham e 74% responderam que não trabalham e 15% declaram que estão desempregados. Como já relatado nos gráficos anteriores, o alto índice de alunos na Assistência Estudantil é da modalidade do ensino médio integrado e que ainda residem com seus familiares, o que denota o maior índice de estudantes que não estão no mercado de trabalho.

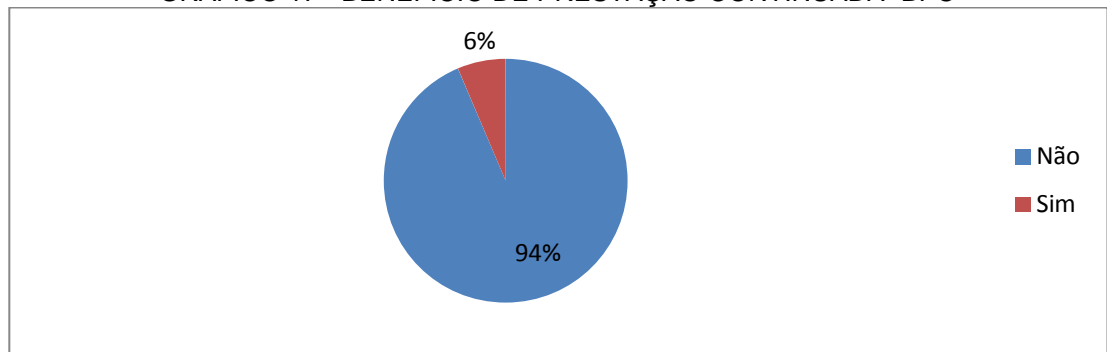
O GRÁFICO 15 e 16 a seguir, demonstra a participação dos estudantes nos programas sociais do Governo Federal:

GRÁFICO 16- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



FONTE: A autora (2018)

GRÁFICO 17 - BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA- BPC



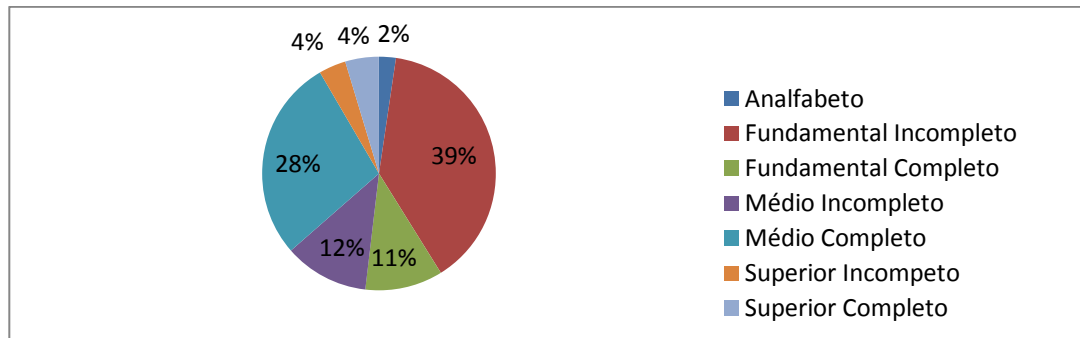
FONTE: A autora (2018)

De acordo com os gráficos, 93% dos estudantes não acessam ao programa Bolsa Família enquanto que 7% têm o benefício. Sobre o Benefício de Prestação Continuada- BPC, apenas 6% dos estudantes tem acesso ao benefício, enquanto que 94% não possuem. Verifica-se nesse item uma das competências do/a Assistente Social, como forma de garantia da permanência do/a estudante na instituição, através de encaminhamentos, orientação e acesso a outros serviços sociais, conforme mostra a Lei de Regulamentação da Profissão no Art. 4, inciso V: “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”

De acordo com entrevistada 2: *“essas demandas surgem normalmente dos programas do PROEJA , que a gente tem famílias, pessoas com idade maior, que poderia ter essa orientação de busca, mas não é uma demanda de rotina da sessão não e nem do serviço social.” (Entrevistada 2)*

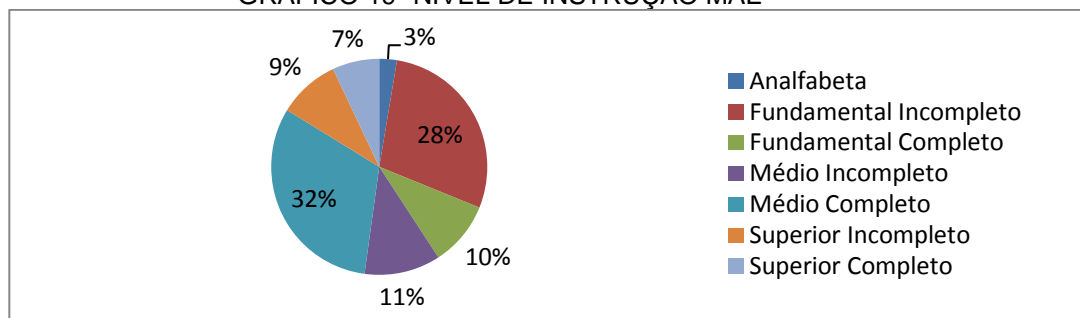
Como a Assistência Estudantil traz consigo características para democratizar o acesso tanto para o ingresso no ensino médio, quanto no ensino superior, o GRÁFICO 18 e 19 mostra o Nível de Escolaridade dos Pais:

GRÁFICO 18- NÍVEL DE INSTRUÇÃO PAI



FONTE: A autora (2018)

GRÁFICO 19- NÍVEL DE INSTRUÇÃO MÃE



FONTE: A autora (2018)

O gráfico indica que 39% dos pais possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 28% possuem o Ensino Médio Completo, 12% possuem o Ensino Médio Incompleto e 11% o Ensino Fundamental Completo. No nível de Instrução da Mãe, 32% possuem o Ensino Médio Completo, 28% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 11% possuem Ensino Fundamental Completo e 10% possuem o Ensino Fundamental Completo. Essa realidade demonstra que historicamente o acesso à educação não era realizado de maneira igualitária, a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil e entre outras medidas tomadas ao longo da história, foram fundamentais para alavancar o nível da escolaridade no país, assim como se revela a importância de se manter programas de assistência estudantil para contribuir com a permanência dos estudantes, garantindo uma educação pública e de qualidade.

5.2 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A RELAÇÃO ENTRE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Neste capítulo será trabalhado a entrevista com as Assistentes Sociais do Instituto Federal do Paraná - IFPR do Campus Paranaguá sobre a prática profissional na Assistência Estudantil. Para tanto, será realizado primeiramente uma apresentação do perfil profissionais entrevistadas: entrevistada 1 e entrevistada 2. Após a apresentação das entrevistadas, será explicitado as demandas que emergem para o Serviço Social, bem como, o público atendido e a intervenção profissional. Será relatado as Condições Éticas e Técnicas do trabalho do Serviço Social, assim como a relação da prática profissional com o acesso permanência e êxito dos estudantes.

5.2.1 Perfil das Profissionais do Serviço Social no IFPR campus Paranaguá

A entrevistada 1 é formada em Serviço Social desde o ano de 2012, possui três especializações e mestrado, trabalha no IFPR campus Paranaguá há três anos e sua aproximação pela área da Educação foi através de concurso público, anteriormente a sua atuação no IFPR, trabalhava no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

A entrevistada 2 é formada da em Serviço Social desde o ano de 2009, tem especialização e cursa no momento o mestrado. Trabalha no IFPR campus Paranaguá há quatros e sua aproximação pela área de Educação se deu através concurso público, anteriormente a sua atuação no IFPR, trabalhava com a Política de Assistência Social.

De acordo com o Edital nº 126/2013, último edital de contratação do Serviço Social no campus, nas especificidades do cargo o Serviço Social é convencionado na carreira de Técnico- Administrativo em Educação e sua descrição do cargo :

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFPR,2013).

No Edital também está definido a carga horária do/a profissional do Serviço Social, que é de 40h semanais, o que representa uma contradição, visto que a Lei nº 2.317/2010 dispõe o horário de trabalho do/a Assistente Social "A duração do

trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.” Essa realidade denota a resistência das instituições em garantir as condições técnicas e éticas das/os profissionais nos seus espaços sócio ocupacionais, sendo que muito desses espaços possuem condições precarizadas de trabalho, assim como remuneração incompatível com a jornada de trabalho.

5.2.2 Demandas e público atendido

O processo de consolidação da Política de Educação, das lutas sociais e da construção do Programa Nacional de Assistência Estudantil trouxeram demandas sociais, que de acordo com Guerra (2016): “são produzidas por necessidades sociais que plasmam o processo de reprodução social da sociedade capitalista, historicamente colocadas por interesses antagônicos das classes sociais”.

Essas demandas são requisitadas no cotidiano escolar e exigem um profissional habilitado para promover estratégias de enfrentamento as expressões da questão social, que são apresentadas constantemente no processo educativo. Nesse sentido, convém citar sobre a atuação do Serviço Social na política de Educação:

responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil (CFESS, 2014).

Ao conversar com a entrevistada 1 sobre as demandas que o Serviço Social e a Seção Pedagógica atende, ela diz que:

a gente trabalha com algumas frentes: com a questão das bolsas que são dos nossos estudantes que estão com vulnerabilidade social, porque daí vem a seleção das bolsas e auxílio pra subsidiar melhor sua ida e vinda e sua manutenção no instituto, é também a gente tem as questões que acompanham a vida acadêmica, mas que são de aspectos sociais, que é aquilo que vai favorecer ou interferir no processo de aprendizagem, que também acaba chegando a gente [...] são problemas da questão de sexualidade, drogas, conflitos familiares né, situação de pobreza mesmo, questões de saúde mental, então são demandas que chegam pra gente, e que a gente acolhe e teoricamente em grupo, define estratégias e encaminhamentos, então a gente acaba fazendo essas questões e paralelamente a isso a gente acaba criando projetos né que também a gente acaba se aproximando do estudante de uma outra forma, e que também a fazer alternativas para a gente aqui dentro, que a gente começa a criar outras

frentes de trabalho né, e também a gente acaba interagindo de outra forma com os estudantes e com os professores e técnicos também [...] (Entrevistada 1)

A entrevistada 2, comenta sobre as frentes de trabalho que permeiam a sua rotina:

80% do nosso trabalho é assistência estudantil, então é execução do programa desde a seleção dos Estudantes até o acompanhamento dele ao longo do ano e tem outras demandas advindas da questão de frequência, dificuldade de permanência no campus algumas situações de evasão né e acompanho também dos estudantes com deficiência porque eu faço parte do NAPNE- que é o Núcleo de Acompanhamento de Estudante com Necessidades especiais, demandas de situação de violência situação de abuso, então as mais diversas situações de vulnerabilidade estão presentes na escola também. (Entrevistada 2)

De acordo com a experiência vivenciada no período de estágio supervisionado, a pesquisadora pode perceber que o desdobramento do Serviço Social para o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES consome extremamente a jornada de trabalho das profissionais. De acordo com o Fluxo de Atendimento do PNAES, o funcionamento das atividades acontece durante todo o ano letivo: 1) Lançamento do Edital; 2) Divulgação para o Universo Acadêmico; 3) Recebimento de Documentos; 3) Conferência de Documentos; 4) Análise Socioeconômica; 5) Edital de Resultados; 6) Recebimento dos Termos de Compromisso e 7) Acompanhamento de Frequência. A grande demanda de atendimento durante esse processo faz com que o Serviço Social se limite as Bolsas do PNAES, porém, continuam realizando outras atividades simultaneamente.

5.2.3 Intervenção Profissional

A intervenção profissional ocorre através do uso dos instrumentais do Serviço Social que de acordo o CFESS (2014):

A ação profissional não deve ser conduzida, desvinculada das dimensões ética, política e teórica, ou seja, circunscrita apenas à dimensão técnica, independentemente do estabelecimento educacional em que ocorra, seja ele público ou privado. As ações de execução, orientação, acompanhamento, investigação e socialização, entre outras, e não apenas aquelas que se efetivam a partir de abordagens grupais com a discussão de temas e assuntos relativos às condições de vida, trabalho e educação da

população atendida, incidem também sobre a qualidade da educação (CFESS, 2014 p.45).

De acordo com a entrevistada 2:

Para o Serviço Social a gente utiliza a entrevista, o atendimento individualizado, essa busca ativa também acontece em diversos momentos, a visita domiciliar é muito restrita a casos muito específicos (Entrevistada 2).

A intervenção profissional do Serviço Social no IFPR campus Paranaguá se dá através da relação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, através dos atendimentos, entrevistas, estudo socioeconômico e parecer social, que de acordo com Guerra (2012):

A primeira dimensão se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional. A segunda se relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Já a terceira faz alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2012, p.13).

As entrevistas são realizadas de acordo com a necessidade do profissional, que ocorre em casos de deferimento de bolsas e auxílios e/ou situações específicas:

Além de ser um instrumento de uso cotidiano para muitos profissionais, é imprescindível aos que lidam diretamente com os usuários. Sua importância está em permitir aos assistentes sociais o conhecimento da realidade, “sob a ótica da história de vida de alguém que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas, e que as informações e recursos não estão disponíveis para um acesso autônomo” (CARDOSO, p. 34, 2008).

O estudo socioeconômico é realizado para as análises dos Programas de Assistência Estudantil, o que conseqüentemente se materializa em parecer social, onde o profissional será responsável por deferir ou não os auxílios:

O estudo socioeconômico é um instrumento do exercício profissional do/a Assistente Social que possibilita identificar demandas, bem como conhecer o contexto social familiar e econômico dos indivíduos/famílias atendidos/as para assegurar seus direitos (CFESS, 2018).

Os atendimentos realizados pelo Serviço Social são em conjunto com a Seção Pedagógica, visto que o/a Assistente Social é integrante da Equipe

Multidisciplinar, salvo quando há uma demanda específica do Serviço Social. Verifica-se nesse momento a importância do conhecimento da instrumentalidade do/a profissional para promover condições apropriadas para o trabalho, assim como de propor atividades e ações tecnológicas que contribuam para as condições técnicas de trabalho.

5.2.4 Condições Técnicas e Éticas para o trabalho do Serviço Social

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) através da resolução nº 493/2006 dispõe sobre as condições técnicas e éticas para o trabalho do Serviço Social:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006).

. De acordo com entrevistada 2, sobre as condições técnicas e éticas de trabalho:

a gente não tem sala privativa do Serviço Social, a gente tem ainda um pouco de dificuldade na questão da documentação do serviço social, porque a gente tá ao tempo todo é, passando por situações de auditoria, cobranças, pelo fato da gente trabalhar com recurso público, a gente tem que tá o tempo todo prestando contas né, então a gente tem que está ao tempo todo nesse embate de dizer que os documentos do Serviço Social são privativos, que dizem respeito a vida de famílias, que a gente não pode estar disponibilizando, então assim, diariamente a gente tem que posicionar para a defesa das informações do Serviço Social (Entrevistada 2).

Durante o estágio supervisionado, a pesquisadora verificou que os atendimentos do Serviço Social acontecem em uma sala compartilhada onde fica a Seção Pedagógica, embora não tenha uma sala específica para o Serviço Social, as profissionais respeitando a ética profissional utilizam outra sala de atendimento individualizada para os atendimentos que necessitem de maior privacidade. Com relação aos documentos com informações sigilosas é necessário que estes fiquem arquivados em local adequado e trancado, para que não exista acesso comum.

Ao analisar a questão das condições de trabalho das profissionais, verifica-se que há uma série de fatores que implicam sobre a ética profissional, nota-se que não há entendimento por parte da instituição sobre as particularidades éticas do Serviço Social explicitados em seus documentos normativos sendo estes: Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93 e Código de Ética e demais resoluções do conjunto CFESS-CRESS.

5.2.5 Relação da Prática Profissional com o acesso permanência e êxito dos/as estudantes

A execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES promove muitas frentes de trabalho, essas frentes representam em sua totalidade, a busca de condições de permanência do/a estudante nas Instituições de Ensino. As frentes de trabalho do PNAES envolvem a participação de diversos profissionais da área de educação, como de professores/as, pedagogos/as, psicólogos/as, técnicos/as e principalmente as/os assistentes sociais.

Verifica-se que a prática profissional do Serviço social possui especificidades nesse processo, visto que sua atuação é relacionada com a política de educação. De acordo com o Art. 3º do PNAES, as ações devem ser desenvolvidas em:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).

Primeiramente, relaciona-se o acesso, permanência e êxito como fatores fundamentais que devem sustentar a execução do PNAES. A entrevistada 2 quando é questionada sobre a sua atuação frente a tríade do acesso x permanência x êxito, responde que:

Se a gente pensar acesso, permanência e êxito, hoje acesso a gente garante a política de acesso para o ingresso, permanência e êxito está para muito além disso né então permanência a gente tem uma medida pequena e paliativa que é a assistência estudantil, então pega uma parcela pequena dos nossos estudantes, mas que não garante permanência, e o êxito esta muito relacionado com a postura do professor em sala de aula, para além da questão do estudante, então a gente tem sim, a parcela do estudante que veio com essa bagagem do ensino fundamental com muita dificuldade, mas a gente também tem esse professor que não consegue ter esse olhar

pra esse aluno com dificuldade, então eu percebo que isso acaba atrapalhando bastante (Entrevistada 2).

A entrevistada 1, ela comenta sobre as dificuldades que existem na relação do acesso, permanência e êxito :

Conhecer o instituto, saber que escola é essa, ler o edital e entender o edital, isso já é uma barreira. Ser aprovado, isso já é uma segunda, chegar aqui todos os dias com transporte, alimentado, com tranquilidade mental para conseguir aprender os conteúdos, fixá-los em casa em um ambiente saudável, tudo isso acho que colaboram para a permanência e o êxito, conseguir atender os critérios dos professores e das disciplinas, então assim, acho que essas são questões muito importantes e que tem que ser consideradas (Entrevistada 1).

Verifica-se que por conta das condições técnicas e éticas de trabalho do Serviço Social na instituição, bem como, o grande volume das demandas, não há um monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil que revele a importância da inserção do PNAES na instituição, assim como não há um parâmetro exato para relacionar a condição do acesso, permanência e êxito os estudantes com a prática profissional do/a assistente social.

De acordo com entrevistada 1:

Nós enquanto assistentes sociais, temos que divulgar os editais, divulgar informação, favorecer com que o estudante consiga que inscrever, tanto no curso, quanto pra solicitar a bolsa, acompanhar a vida desse estudante, já que ele demandou esse auxílio que fosse realmente um gancho para gente poder entrar em outros espaços da vida desse estudante, e entender o quanto essa formação impactou eles enquanto seres humanos, o quanto que ele aprendeu aqui e favoreceu com que ele tivesse mais liberdade lá fora, com que ele consiga ajudar seus pais, com que ele seja mais solidário, com que ele se expresse melhor com o mundo, esse acho que é o cerne do acesso, permanência e êxito da educação, quanto que a educação favorece para que a vida dessa pessoa melhore, e tenha mais oportunidades e acho que isso é fundamental.

Entende-se que enquanto profissão, o Serviço Social está na busca da garantia de direito dos/as usuários/as em qualquer campo sócio ocupacional, e no campus Paranaguá não é diferente, pois todas as atividades que envolvem o Serviço Social estão associadas com a Democratização da Política da Educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a inserção dos/as profissionais do Serviço Social na política de educação envolve uma série de luta dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Para tanto, foram criadas Leis, Diretrizes e Programas durante todo o processo histórico que permitiram que a Educação se tornasse uma política universal.

A construção dos Institutos Federais no Brasil viabilizou a democratização do acesso ao ensino, através da Política de Cotas e do Programa Nacional de Assistência Estudantil, representando a inserção da população pobre no Ensino Superior e Médio. A atuação dos/as Assistentes Sociais nesse espaço sócio ocupacional representa um avanço para a categoria que luta incansavelmente por condições adequadas de trabalho.

A partir da pesquisa de campo realizada no IFPR campus Paranaguá, verifica-se que a Assistência Estudantil ofertada no campus é realizada de várias formas e não somente através dos subsídios financeiros. Considera-se importante destacar os aspectos onde a atuação do Serviço Social se efetiva na relação do acesso, permanência e êxito. O acesso não se revela apenas no ingresso do/a estudante na Instituição, ocorre através do direito do/a estudante em usufruir dos livros na biblioteca, do conhecimento de serviços públicos ofertados pelo município, pela oportunidade de escuta de intelectuais e da participação da vida acadêmica que agrega conhecimento e perspectiva crítica do/a estudante. A permanência do estudante na Instituição vai muito além do Programa de Assistência Complementar, pois se configura através dos atendimentos individualizados com os/as estudantes, aproximação dos/as estudantes através de projetos sociais, participação dos/as profissionais nos coletivos pedagógicos e também da construção de vínculo com os/as estudantes.

Através das relações sociais existentes apresentadas, nota-se que a ação das profissionais do Serviço Social do campus Paranaguá contribui para que o/a estudante tenha melhores condições de concluir seus estudos, conseqüentemente ter êxito, tornando necessária a inserção do profissional espaço sócio ocupacional, materializando direitos e viabilizando formas de combate à desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em: 11. Ago. 2018
BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 05 Ago. 2018

BRASIL. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm Acesso em: 12. Set. 2018

BRASIL. Lei nº 11892/2008, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892. Acesso em: 23. Out. 2018

BRASIL. Lei nº 12.799, de 29 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12799.htm Acesso em: 03. Nov. 2018

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711. Acesso em: 10. Nov. 2018

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. **Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm Acesso em: 15. Nov. 2018

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivi_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005. Acesso em: 10. Set. 2018

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil I- PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2010/decreto/d7234> Acesso em: 03 jul. 2018 BRASIL.

CAMARGO, S. A. P; NETO, L, F, S. Sexualidade e Gênero. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/35351> Acesso em: 15. Nov. 2018

CARDOSO, M. F. M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/16610/12514> Acesso em: 15. Nov.2018

CFESS. **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação**. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011. Disponível em: :< http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 23. Set.2018

CFESS. Resolução nº 493/2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf . Acesso em: 20. Nov. 2018

FONAPRACE- **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis: Regulamento**. Disponível em: <http://www.fonaprace.ufma.br/site/index.php/sobre/> Acesso em: 26. Set. 2018

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo : Atlas, 2002

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Y. SANTOS, C. M.; BACKX, S. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012.

GRACIANO, M. I. G; SOUZA, I. N. A. **Estudo socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea**. Disponível em: <http://bdpi.usp.br/www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=46147> acesso em 12. Nov. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 8 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

IFPR. Edital nº 126/2013. **PROGEPE/IFPR – CONCURSO PÚBLICO**. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/Edital_Abertura_126.2013-ConcursoTecnico-V7-13092013_Pro_Tempore-para-publica%C3%A7%C3%A3o-DOU3.pdf Acesso em: 20. Nov. 2018

IFPR. Portaria nº 1291, de 29 de agosto de 2018. **Manual de Competências**. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/manual-de-competencias.pdf> Acesso em: 03. Jul. 2018

IFPR. **Projeto Político Pedagógico**. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Disponível em: http://paranagua.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/Projeto-Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_21_jan_2013_final_com-numero-pag.pdf

MARTINS, E. B.C. **O Serviço Social no Âmbito da Política Profissional: Dilemas e Contribuições da Profissão na Perspectiva do Projeto Ético Político**. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d4swh/pdf/martins-9788539302437-08.pdf> Acesso em: 04. Out. 2018

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MIOTO, R. C. T. **Perícia social: proposta de um percurso operativo**. Serviço Social e Sociedade. 2001

SOUZA, C.T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Rev. Emancipação, Ponta Grossa, 2008.

TUMELERO, S. M. **Estado, produção do espaço e intersectorialidade: crítica e criação na implementação de políticas públicas**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160623> Acesso em: 10. Nov. 2018. Florianópolis, 2015.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa.

Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

A pesquisa será realizada pela estudante Areta da Costa Mendes, acadêmica do curso de Serviço Social, em virtude da elaboração de trabalho de conclusão de do curso. A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do Serviço Social na Política de Educação no Instituto Federal do Paraná – IFPR Campus Paranaguá.

O participante tem liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo. As informações obtidas serão analisadas sob a orientação da professora Mra. Flavia Fachini do departamento de Serviço Social da UFPR – Setor Litoral, com a livre escolha de divulgar sua identificação ou não.

Concordo com a publicação de minha identificação no referido trabalho.

Não concordo com a publicação de minha identificação no referido trabalho.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li acerca do estudo “A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR CAMPUS PARANAGUÁ: ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo e os procedimentos a serem realizados, ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e de compensação financeira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

EU _____ residente e domiciliada _____, portador (a) da Carteira de Identidade Nº _____ nascido em ____ / ____ / ____, concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Obs: Esta entrevista tem como viés estrito a produção de conhecimento sobre o campo de atuação do/a Assistente Social a partir da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso. É resguardado o sigilo dos/as participantes

- Nome:
- Ano de formação em Serviço Social:
- Tempo de atuação como Assistente Social:
- Possui alguma especialização ou pós-graduação?
- Local de atuação como assistente social:
- Há quanto tempo trabalha neste local?
- Como se deu a aproximação da área atual de atuação?
- Qual o público atendido e o perfil dessas pessoas atendidas?
- Quais as principais demandas que se apresentam ao assistente social nessa área? Quais as principais demandas que se apresentam?
- Em relação aos programas da Assistência Estudantil, como você avalia a oferta/participação /efetividade/ busca?
- Há algum curso específico que procure com maior frequência a Seção Pedagógica e/ou que tenha mais dificuldade no desempenho escolar e necessite de maior atuação do Serviço Social?
- Sobre os cursos que o IFPR oferece, há demandas dos estudantes sobre a qualidade dos cursos? E/ou demandas específicas sobre a não adaptação dos cursos que conseqüentemente traz a evasão dos estudantes?
- Sobre o período em que os estudantes se encontram, há maior procura por parte de algum período em específico, se sim, por quê?
- A localidade em que os estudantes estão em relação a cidade e/ou bairro dificultam o aprendizado de alguma maneira? Se sim, por quê?
- De acordo com o perfil dos alunos, existe uma parcela de alunos que já são bolsistas da Instituição, existe procura por esses alunos para os outros programas da Assistência Estudantil?
- Sobre as modalidades dos estudantes, tem alguma em especifica que necessita maior atenção dos profissionais?

- Sobre as formas de ingresso, como é realizado o procedimento das cotas/isenção de taxa e etc. ? Existem condicionalidades para a permanência desse aluno da instituição?
- Os estudantes permanecem no campus fora do horário de aula para participar de atividades, ele tem acompanhamento/orientação durante essas atividades? Como funciona?
- Os estudantes procuram o Serviço Social para saber dos programas sociais como bolsa família/ BPC ou algum outro programa? São encaminhados para as redes?
- Como é a presença dos pais/responsáveis na instituição? Só visitam quando é necessário ou são interessados na rotina escolar?
- Sobre os estudantes com deficiência, existem programas de apoio e/ou acesso a outros serviços? Como é a acessibilidade na Instituição?
- A sua atuação garante efetividade para a Política de Educação? Se Sim, como?
- Quais as ações para o acesso/permanência/êxito dos estudantes?
- Existem projetos em que o Serviço Social está inserido na Instituição?
- Quais são os instrumentais técnico-operativos utilizados cotidianamente? (exemplo: parecer, laudo, entrevista, relatório)
- Quais são os aportes teórico-metodológicos e ético-políticos utilizados cotidianamente? (exemplo: legislações, teorias, metodologia, código de ética da profissão)
- As condições éticas e técnicas para a realização do trabalho são suficientemente proporcionadas pela instituição em que trabalha? (exemplo: carro para as entrevistas, sala privativa, computador com acesso a internet, telefone para comunicação...)
- Caso as condições éticas e técnicas para o trabalho não sejam suficientes, comente estratégias que poderiam ser utilizadas para a melhoria:
- Você gostaria de fazer alguma outra observação sobre qualquer um dos itens? Ou até mesmo comentários que esta pesquisa não contemplou?

Obrigada!

ANEXO 3 – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO



ANEXO II
Edital nº 018/2017

PRÓ - REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 2017

Assinale abaixo se você é estudante da modalidade PROEJA.

<input type="checkbox"/>	Bolsa PROEJA
--------------------------	--------------

Assinale apenas um Programa para o qual deseja se inscrever:

<input type="checkbox"/>	Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS
<input type="checkbox"/>	Programa Estudante Atleta

Assinale qual auxílio do Programa de Assistência Complementar ao Estudante para o qual deseja se inscrever:

<input type="checkbox"/>	Auxílio Alimentação
<input type="checkbox"/>	Auxílio Moradia
<input type="checkbox"/>	Auxílio Transporte

IDENTIFICAÇÃO

Curso:	Série/período:
Campus:	Número da matrícula:

DADOS PESSOAIS

Nome completo:			
Sexo: () Feminino () Masculino		Data de nascimento:	
Rg:	Órgão:	UF:	CPF:

FILIAÇÃO

NOME DO PAI:
NOME DA MÃE:

ENDEREÇO

Rua	Nº	Bairro:
Cidade:	Estado:	Cep:

CONTATO

Telefone fixo: ()	Celular: ()	Email:
Telefone para recado:	Com quem?	

3. Qual a modalidade de Curso que está frequentando?

<input type="checkbox"/>	Ensino Médio Integrado
<input type="checkbox"/>	Ensino Médio Concomitante
<input type="checkbox"/>	Ensino Técnico Subsequente
<input type="checkbox"/>	PROEJA
<input type="checkbox"/>	Ensino Superior
<input type="checkbox"/>	EAD

4. Forma de ingresso no IFPR:

<input type="checkbox"/>	Ampla concorrência
<input type="checkbox"/>	Cota Social
<input type="checkbox"/>	Cota Racial



- Cota para pessoa com deficiência
 Cota para pessoa indígena

5. Qual é a distância de sua casa ao Câmpus do IFPR? _____ km

5.1. Qual meio de transporte utiliza para chegar ao IFPR?

- Não utilizo transporte
 Coletivo
 Transporte locado (van, ônibus)
 Carona
 Bicicleta
 Próprio (carro)
 Próprio (moto)
 Outros _____

6. Você mora:

- Com familiares
 Com familiares, mas não moro na mesma cidade do câmpus e viajo todos os dias
 Sozinho
 Pensão/quarto/república com mais de uma pessoa

6.1. Caso não resida com a família, você recebe apoio financeiro dos familiares?

- NÃO
 SIM especifique valor R\$ _____

7. Você permanece no Câmpus para atividades complementares no período em que não tem aulas?

- Sim, sempre
 Sim, às vezes
 Nunca

8. Estado civil

- Solteiro(a)
 Casado(a) ou em união estável
 Separado(a) ou Divorciado(a)
 Viúvo(a)

9. A casa em que sua família mora é:

- Própria e quitada
 Própria e financiada (comprovar)
 Alugada (apresentar comprovante)
 Cedida
 Área de ocupação
 Outros _____

9.1. O local onde está situado o imóvel de sua família possui característica:

- Urbana
 Rural

10. Qual das alternativas abaixo melhor descreve sua situação:

- Trabalho e sou o/a principal responsável pelo sustento de minha família
 Trabalho e sou o único/a responsável pelo sustento de minha família
 Trabalho e contribuo para o sustento da família
 Trabalho e recebo ajuda da família
 Trabalho e me sustento sozinho



- Não trabalho e dependo da minha família para o custeio de meus gastos
- Estou desempregado/a

10.1 Caso você seja dependente econômico de sua família, qual o vínculo de trabalho e ocupação de seu pai ou responsável legal?

- formal (com registro em carteira) _____
- Informal (sem registro em carteira) _____
- funcionário público _____
- sócio-gerente de empresa
- Desempregado
- Meu pai não contribui com as despesas familiares
- Aposentado
- Pensionista

10.2 Caso você seja dependente econômico de sua família, qual o vínculo de trabalho e ocupação de sua mãe ou responsável legal?

- formal (com registro em carteira) _____
- Informal (sem registro em carteira) _____
- funcionário público _____
- sócio-gerente de empresa
- Desempregada
- Minha mãe não contribui com as despesas familiares
- Aposentada
- Pensionista

11. Você ou sua família é beneficiário/a do Programa Bolsa Família e/ou Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

- Sim (apresentar comprovante)
- Não

12. Você cursou a maior parte do seu Ensino Fundamental em:

- Escola Pública
- Parte em Escola Particular, parte em Escola Pública
- Escola Particular com bolsa integral
- Escola Particular com bolsa parcial
- Escola Particular sem bolsa

Questão 13 (somente para estudantes que cursam Ensino Técnico Subsequente ou Superior)

13. Você cursou a maior parte do seu Ensino Médio em:

- Escola Pública
- Parte em Escola Particular, parte em Escola Pública
- Escola Particular com bolsa integral
- Escola Particular com bolsa parcial
- Escola Particular sem bolsa

14. Qual o nível de instrução do seu pai:

- Superior completo
- Superior incompleto
- Ensino médio completo



- Ensino médio incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino Fundamental incompleto
 Analfabeto

15. Qual o nível de instrução de sua mãe:

- Superior completo
 Superior incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino Fundamental incompleto
 Analfabeta

16. Você já concluiu algum curso de Ensino Superior?

- Não
 Sim, em instituição pública
 Sim, em instituição particular
 Se sim, qual curso? _____
 Em que ano concluiu? _____

17. Descreva as despesas fixas de sua família:

NATUREZA DA DESPESA/MÊS	VALOR EM R\$
Aluguel	
Financiamento da casa própria	
Alimentação	
Transporte	
Combustível	
Água	
Energia Elétrica	
Telefone	
Plano de Saúde	
Medicamentos	
Mensalidades Escolares	
Empréstimos	
Outros	

18. Com relação aos bens descritos abaixo, marque aquele(s) que sua família possui:

- Não possui bens
 Propriedade rural. Quantos hectares? _____
 Casa/apartamento. Quantos imóveis? _____
 Veículo para passeio. Modelo/ano Quantidade Modelo _____ Ano _____ Quantidade _____
 Veículo para trabalho. Modelo/ano Quantidade Modelo _____ Ano _____ Quantidade _____
 Loja Comercial. Qual produto comercializa? _____
 Outros Especifique: _____

18.1. A sua família possui outro imóvel que não o de residência?

- Sim Quantos? _____
 Não possui.



verificação dos dados, bem como a realização de visita domiciliar ou solicitação de documentos complementares, caso seja necessário.

Declaro, para os efeitos legais, serem fiéis e verdadeiras as informações contidas neste formulário, estando ciente das penalidades cabíveis, em caso de falsidade, de acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 299.

Autorizo a verificação dos dados, bem como o fornecimento de outras informações e documentos complementares caso seja necessário.

_____, ____ de _____ de 2017.

assinatura do/a estudante ou responsável legal

USO EXCLUSIVO DO SERVIÇO SOCIAL

Com base nas informações prestadas pelo/a estudante _____, e as exigências previstas em lei e no edital que rege o Programa _____, abaixo o parecer referente à solicitação:

--

Diante do exposto:

	Defiro.
	Indefiro.
Justificativa: _____	

Data: ____/____/____.

assinatura e carimbo do/a assistente social
SIAPE
CRESS nº